

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JAQUELINE DA SILVA DE OLIVEIRA

**POLÊMICA NO AR:
o caso Borregaard (1970-1975)**

Porto Alegre

2016

JAQUELINE DA SILVA DE OLIVEIRA

**POLÊMICA NO AR:
o caso Borregaard (1970-1975)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Doutora Cláudia Musa Fay

Porto Alegre

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48 Oliveira, Jaqueline da Silva de.
Polêmica no ar: o caso Borregaard (1970-1975). /
Jaqueline da Silva de Oliveira. – Porto Alegre, 2016.
114 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Cláudia Musa Fay.

1. História. 2. Desenvolvimento Industrial – Rio Grande do
Sul. 3. Borregaard - História. 4. Imigração. I. Fay, Cláudia
Musa. II. Título.

CDD 338.098165

Aline M. Debastiani
Bibliotecária - CRB 10/2199

JAQUELINE DA SILVA DE OLIVEIRA

**POLÊMICA NO AR:
o caso Borregaard (1970-1975)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Claudia Musa Fay – PUCRS (orientadora)

Professor Doutor Antonio De Ruggiero

Professora Doutora Cláudia Schemes

À minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Claudia Musa Fay, por despertar meu interesse pela história empresarial.

À Mara Cecílio, por sua inestimável ajuda, lendo e questionando o trabalho.

À professora Núncia Santoro de Constantino (*in memoriam*), pelos ensinamentos que levarei para toda a vida.

À Åsa Dahlström Heuser, *tack så mycket* por compartilhar sua história de vida.

À “equipe” do Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS.

Agradeço também ao Marcos Oliveira e à Nadir Corrêa da Silva, pelo apoio e paciência durante o processo de pesquisa e escrita.

“A maior parte das sociedades considera o passado modelo do presente. Nesta devoção pelo passado há, no entanto, fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança.”

Jacques Le Goff

RESUMO

A dissertação busca entender o processo de instalação, produção e fracasso da empresa norueguesa Borregaard no sul do Brasil na década de 1970. Dentro do contexto da incipiente industrialização brasileira, a companhia produtora de celulose decide expandir sua produção da Escandinávia para Guaíba, RS, e tornar-se a maior produtora de celulose do mundo. Este processo envolve uma migração de trabalhadores escandinavos para a região, como mão de obra especializada, junto com suas famílias, modificando e impactando a realidade local. Importante salientar que além de fontes históricas bibliográficas, utilizar-se-á da História Oral para contextualizar o período. Os relatos aqui apresentados foram fundamentais para compreender como estes imigrantes se relacionaram com a cultura local, além de auxiliar no entendimento do porquê a empresa da Noruega não obteve sucesso com sua planta em território brasileiro. Conclui-se ainda que a Borregaard enfrentou uma forte campanha contra a sua permanência no estado, muito em função da questão ambiental e da diferença cultural que separava o país de origem com o Brasil ditatorial dos anos 1970. Para compreender todo o processo, esta dissertação analisa o contexto dos dois países neste período, os imigrantes, a imprensa local, a influência política deste projeto fabril e suas consequências sociais.

Palavras-chaves: Borregaard. História oral. História empresarial. Industrialização. Imigração.

ABSTRACT

The dissertation looking for to understand the installation process, the production and failure of the Norwegian company Borregaard in southern Brazil in the 1970's. Inside the incipient industrialisation Brazilian context, the pulp producer company decides to expand from Scandinavian production to Guaíba town in Rio Grande do Sul state; become the largest producer of pulp in the world. This process involves a migration of Scandinavian workers to the area, as skilled labor, along with their families, modifying and impacting the local reality. Important to note that in addition to bibliographic historical sources, be used Oral History to contextualize the period. The narratives presented here were fundamental to understand how these immigrants are connect to the local culture, and help to understanding of why the company of Norway was not successful with its plant in Brazil. It concluded also that Borregaard faced a strong campaign against to stay in the state, mainly because of environmental issues and cultural differences that separated the country of origin of Brazil dictatorial in the 1970's. To understand the whole process, this dissertation analyzes the context of the two countries in this period, the immigrants, local media, the political influence of this industrial project and its social consequences.

Keywords: Borregaard. Oral history. Business history. Industrialization. Immigration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sarpsborg (em vermelho) e Østfold (em amarelo)	27
Figura 2 - Brasão de Armas de Sarpsborg	28
Figura 3 - Logomarca atual da Empresa	28
Figura 4 - Os fundadores Edward Partington e Karl Kellner	29
Figura 5 - Planta da Borregaard em Sarsborg quando iniciou a operar	30
Figura 6 - Madeira na margem do rio Glomma	32
Figura 7 - Laboratório químico da Borregaard	33
Figura 8 - Borregaard LignoTech	33
Figura 9 - Borregaard ChemCell	33
Figura 10 - Borregaard Synthesis	34
Figura 11 - Borregaard Ingredients	34
Figura 12 - Borregaard em Sarpsborg	35
Figura 13 - Obra de construção da fábrica	37
Figura 14 - Navio Borg, transporte de celulose	39
Figura 15 - Maquete da planta em Guaíba	39
Figura 16 - Matéria de Hardanger Folkeblad em 1967	40
Figura 17 - Inauguração da fábrica em 16 de março de 1972	42
Figura 18 - Descarga de lenha na caldeira	43
Figura 19 - Cruz da Ordem de Santo Olavo	44
Figura 20 - Tabela de empresas norueguesas com filiais estrangeiras	48
Figura 21 - Eleições Parlamentares 1945-1965, porcentagem de votos e números cadeiras obtidas	50
Figura 22 - <i>Storting</i> , o parlamento norueguês	51
Figura 23 - Tanques circulam pelo Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964	54
Figura 24 - Variação anual da inflação e do Produto Interno Bruto, 1964-1968	55
Figura 25 - Repressão militar durante a ditadura	56
Figura 26 - Região conhecida como Ilhota, na área central de Porto Alegre, antes da sua extinção, como parte do projeto Renascença nos anos 1970 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho)	58
Figura 27 - Porto Alegre – Bonde Auxiliadora em 1957	59
Figura 28 - Porto Alegre – Campanha da Legalidade na década de 1960	

(Jornal Última Hora)	60
Figura 29 - A exportação de madeira serrada (em 1.000 metros cúbicos), polpa de madeira, celulose e papel (em 1.000 toneladas) 1876-1914	63
Figura 30 - Floresta de coníferas em Sarpsborg, 1924. Autoria desconhecida	64
Figura 31 - Trabalhadores no antigo viveiro da Borregaard	66
Figura 32 - Descasque manual de eucalipto no Brasil	67
Figura 33 - Vista da vila residencial	70
Figura 34 - A família Dahlström pouco antes da vinda ao Brasil, Åsa é a primeira da esquerda para a direita	71
Figura 35 - Mãe da Åsa, Iris, na praia da Vila Elza em Guaíba, 1970	72
Figura 36 - Centro de formação profissional SENAI	74
Figura 37 - Banda Borregaard em Guaíba	74
Figura 38 - Referência à mudança de nome da fábrica, que passou de Borregaard a Riocell	75
Figura 39 - Nota comemorativa, publicada no Correio do Povo, na inauguração da Borregaard	76
Figura 40 - Charge de Sampaulo publicada na Folha da Tarde	78
Figura 41 – Outra charge de Sampaulo	80
Figura 42 - Charge de Santiago, Folha da Tarde, de julho de 1976	81
Figura 43 - Capa do jornal Opinião n.º 96, de 2 de setembro de 1974, traz a figura do General Breno Fortes	85
Figura 44 - Os 20 maiores produtores de celulose do mundo	89
Figura 45 - Centro de formação profissional	90
Figura 46 - Banda Cônego Scherer, 1982	91

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

IBEIC - Instituto Brasileiro-Escandinavo de Intercâmbio Cultural

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MFM - Montepio da Família Militar

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PIB - Produto Interno Bruto

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A BORREGAARD	26
2.1 NA NORUEGA	26
2.2 NO BRASIL	35
3 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO	45
3.1 NORUEGUÊS	46
3.2 BRASILEIRO	53
3.3 A INDÚSTRIA DE CELULOSE	61
4 DESDOBRAMENTOS	68
4.1 OS IMIGRANTES TEMPORÁRIOS E OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES	68
4.2 A IMPRENSA	75
4.3 POLÍTICA	81
4.4 SOCIAL	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	107
ANEXO A – Monumento comemorativo aos 50 anos da Borregaard em Sarpsborg, 18 de junho de 1939	108
ANEXO B – Nota do jornal Zero Hora sobre a inauguração da fábrica em Guaíba, 16 de março de 1972	109
ANEXO C – Decreto n.º 60.803, de 2 de junho de 1967	110
ANEXO D – Decreto n.º 72.640, de 17 de agosto de 1973	111
ANEXO E – Documento oficial do ajuste modificativo do acordo sobre venda de celulose	112

1 INTRODUÇÃO

Borregaard é um nome que faz parte do imaginário porto-alegrense, sinônimo de mau cheiro, sendo associada a essa imagem malcheirosa até mesmo por quem não a vivenciou. Quando fala-se da empresa, quase sempre é por um viés ambiental, salvo alguns poucos trabalhos dentro do campo da economia.

O desejo de investigar a trajetória da Borregaard nasceu de uma descoberta aleatória, enquanto cursava a disciplina de Estágio em Fontes Oraís/Visuais¹ no curso de graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), quando, a partir da entrevista com uma finlandesa residente em Guaíba, tomou-se conhecimento que o motivo de sua vinda foi em função da fábrica, um empreendimento norueguês que trouxe diversas famílias escandinavas para a região.

Em um primeiro levantamento bibliográfico, não foram encontrados trabalhos que tratassem da empresa dentro do escopo da história empresarial, o que chamou atenção, visto que a empresa é muito citada no que tange a trabalhos relacionados à ecologia. Pareceu lógico investigar a Borregaard na perspectiva empresarial, a fim de tentar descobrir o motivo de seu fracasso apenas três anos após sua festejada inauguração. Como teriam as promessas de prosperidade e modernização industrial se transformado em fumaça fétida?

Com vistas a entender essa questão, além de outras que surgem quanto à instalação e às atividades empresariais da Borregaard na sociedade brasileira na primeira metade da década de 1970, e a fim de tentar determinar qual a sua importância no processo de industrialização e desenvolvimento social na região metropolitana de Porto Alegre, se buscará suporte em autores que trabalham com temáticas sobre indústrias e empresas.

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho contará ainda com o suporte da História Oral, por se tratar de aspecto fundamental da pesquisa o conhecimento de elementos que elucidem a organização e as relações sociais na empresa, a fim de preencher as lacunas deixadas pela historiografia, que em geral beneficia os aspectos operacionais e estruturais da empresa.

¹ 2012/2, ministrada pela professora Dra. Núncia Santoro de Constantino.

Alguns dos principais estudos básicos da história empresarial são ainda do século XIX, tais como a obra “Tratado de economia política”, que Jean-Baptiste Say publicou em 1803, na França, ou os escritos de Max Weber sobre as companhias mercantis da Idade Média e a história agrária da Roma Antiga. No início do século XX surgiram outros, a exemplo de Joseph Schumpeter, com suas obras “A natureza e a essência da economia política” e “Teoria do Desenvolvimento Econômico”; e Jean Bouvier que tratou das instituições bancárias na França.

No entanto, a principal vertente historiográfica sobre a história empresarial vem dos Estados Unidos, e se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX, estando especialmente vinculada à economia, além da grande proximidade com a administração e a sociologia. Toni Pierenkemper comenta o modelo empresarial norte-americano, afirmando que esta é uma pesquisa que vai muito mais além do conceito de empresas e empresários, mas inserem-se nela também, as filosofias empresariais, a ação das empresas junto à sociedade e estudos comparativos.²

Outro teórico com o qual pretende-se trabalhar é Freitas Filho, cujo conceito de História de empresa procura elucidar os processos produtivos em analogia com o meio ambiente, tanto econômico como institucional, nos quais estão inseridos³, isso porque tal conceito não pode deixar de ser analisado em se tratando de uma empresa que esteve no cerne de uma grande polêmica relacionada com a questão ambiental.

Por se tratar de uma empresa internacional que aqui vem se estabelecer, foram consideradas relevantes as abordagens de Theodore Levitt⁴, que demonstra que as empresas necessitam aprimorar seus conhecimentos e operar como se o planeta fosse um grande mercado, deixando de lado as diferenças superficiais de caráter regional ou nacional:

Uma poderosa força impulsiona o mundo na direção de uma convergência para a uniformização, e essa força é a tecnologia. Ela proletarizou as comunicações, o transporte e as viagens. Ela fez de locais isolados e de povos empobrecidos entidades ansiosas por usufruírem dos atrativos da

² PIERENKEMPER, Toni. Conceptos y desarrollo reciente de la Historia Empresarial em Alemania (1962-2002). In: ERRO, Carmen. **Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003, p. 241.

³ FREITAS FILHO, Almir Pita. História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano XX, n. 1, p. 170-171, 1989.

⁴ LEVITT, Theodore. A Globalização dos mercados. In: PORTER, Michael; MONTEGOMERY, Cynthia A. (orgs.). **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Tradução de Bazan Tecnologia e Linguística. 16. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998, p. 197.

modernidade. [...] o resultado é uma nova realidade comercial. (LEVITT, 1998)

Para contextualizar a empresa em seu país de origem será utilizada a obra de Berge Furre, “História da Noruega: Século XX. Da independência ao estado de bem-estar social”, que serve como livro base nas escolas e universidades norueguesas e traça um panorama do desenvolvimento do país com ênfase no aspecto econômico. Também será utilizado o livro “*Norway: a history from the vikings to our own times*”⁵, que aborda um longo período da história norueguesa, a qual, considerando que a empresa nasceu ainda no século XIX, foi uma fonte indispensável.

Martínez-Echevarría y Ortega afirma que a história de uma empresa é uma exposição de como foi composta ao longo da sua trajetória, e como superou as situações adversas e as ocorrências políticas e econômicas. Tal análise se faz necessária em uma empresa que não permaneceu atuante por muito tempo, apesar de ter demandado um grande investimento capital e humano para iniciar suas atividades aqui. Levy afirma que as empresas não devem ser vistas isoladas da sociedade da qual participam, pois “não se pode estudá-la [a empresa] sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais”.⁶

Serviram como balizadores, no que tange à compreensão dos motivadores das empresas norueguesas para investirem fora de seu país, os conceitos apresentados por Rolv Petter Amdam em seu artigo sobre a internacionalização das firmas norueguesas⁷. O autor apresenta e dialoga com conceitos interessantes para explicar esses movimentos de expansão empresarial, como o da distância psíquica, distância cultural e redes de negócios.

Ainda sobre a questão das empresas em um ponto de vista histórico, o trabalho de Eulália Lobo intitulado “História Empresarial” oferece uma grande contribuição, visto que a autora apresenta uma análise das principais produções historiográficas acerca do tema, além de considerações teóricas sobre elas. Segundo argumenta Lobo (1997, p. 324), “a história empresarial acompanhou a evolução da história em geral, empregando cada vez mais o método comparativo

⁵ DANIELSEN, Rolf *et al.* **A history from the vikings to our own times**. Oslo: Scandinavian University Press (Universitetsforlaget AS), 1995.

⁶ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 27.

⁷ AMDAM, Rolv Petter. The internationalisation process theory and the internationalisation of Norwegian firms, 1945 to 1980. **Business History**, Oslo, v. 51, n. 3, p. 445-461, 2009.

como forma de controle sobre as hipóteses e generalizações explicativas”. Aponta também a importância do uso das fontes visuais quando afirma que “as fontes fotográficas e de plantas das empresas também são de grande utilidade, permitindo reconstruir a expansão da empresa, a tecnologia, o processo de trabalho usado e a administração interna”. (LOBO, 1997, p. 323)

Para contextualizar o Brasil, recorreu-se à obra de Boris Fausto, “História do Brasil”, e para o que se refere a Porto Alegre, os estudos de Charles Monteiro ofereceram o aporte necessário em conjunto com o trabalho de Rosemary Fritsch Brum sobre os espanhóis em Porto Alegre⁸, no qual a autora apresenta aspectos da urbanização porto-alegrense.

Para trabalhar as questões relacionadas com a História Oral, inicialmente se buscará apoio nos textos tradicionais de Thompson, que tratam dos procedimentos da teoria e metodológicos, do uso das fontes orais pelo historiador, bem como da sua função social relacionada à oralidade de uma narrativa de vivências. Sendo social, as narrativas priorizam um grupo composto por indivíduos que partilham experiências e fatos vividos, portanto eles também desenvolvem relações de amizade ou trabalho.

Neste sentido, o método da escolha dos entrevistados deriva de indicações em que o entrevistado vai indicar outro nome para entrevista, e sendo assim, o critério de seleção é aleatório e depende da relação entre entrevistado e entrevistadores.

Amparada nos estudos de Thompson, Sonia Maria de Freitas (1992), no prefácio da edição brasileira, afirma “que a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisas em diferentes áreas” (THOMPSON, 1992, p. 19), pois, segundo ela, “é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um, pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos” (*Ibidem*).

Quanto ao social, o autor priorizou os grupos ou classes sociais locais de minorias que viviam em determinadas comunidades. Eles apontam para as relações sociais de grupos, espaços e tempos definidos, ao mesmo tempo em que levantam

⁸ BRUM, Rosemary Fritsch. **Tempos narrados**: os espanhóis em Porto Alegre. Porto Alegre: Animal, 2014; e _____. **Uma casa nas costas**: análise do movimento social urbano em Porto Alegre (1975-1982). Porto Alegre: Animal, 2014.

questões relacionadas aos cuidados com o material produzido (narrativa oral, transcrição, formas de armazenamento e divulgação e, por fim, a interpretação), que deve levar em conta na escrita final ou na produção científica a subjetividade do indivíduo, as entrelinhas, os gestos, as expressões etc., o que serve bem aos propósitos desse trabalho, para tratar a questão dos imigrantes que vieram em função da fábrica.

Em se tratando de história oral, memória e imigração, uma vez que empresa vem de fora e traz consigo muitos trabalhadores estrangeiro que se estabelecem ainda que temporariamente em Guaíba, o embasamento foi encontrado nas investigações de Núncia Santoro de Constantino (2004; 2006; 2008). A historiadora define imigração como “um deslocamento de diferentes pessoas em diferentes tempos e espaços, qualificados em muitos sentidos, isto é, econômica, política e culturalmente” (CONSTANTINO, 2006, p. 65), sendo, portanto, uma “viagem que pressupõe três momentos: a partida, o trânsito e a chegada” (LEED *apud* CONSTANTINO, 2006, p. 65).

Quando Constantino (2006, p.70) escreve sobre “memória individual e coletiva, ampara-se na psicanálise da neurociência. Por meio desses campos científicos a autora busca elucidar os mecanismos de repressão e extinção da memória, pois entende que historiador ajuda a trazer à superfície aquilo que estava esquecido.” Nesse sentido é possível afirmar que “memórias são narrações de quem vivenciou processos socioculturais, enquanto memória, no singular, pode ser a capacidade de reter fatos, ideias, impressões e retransmiti-las, através de diferentes suportes, como a escrita ou a voz”.

Quando se pensa em história e memória, o olhar se volta para Le Goff (1996) e Brum (2003; 2006). O primeiro aborda o ofício de historiador e sua relação com os documentos tendo em vista a diversidade de documentos históricos. Em seu livro “História e memória”, publicado em 1996 pela UNICAMP, o autor faz um breve relato sobre o papel do historiador desde Heródoto até os dias atuais, chamando a atenção para o olhar crítico que deve dispensar as fontes consultadas. As reflexões de Le Goff (1996) levantam questionamentos contemporâneos que surgem à medida que ocorrem os chamados embates históricos, ou seja, divergências de pontos de vista entre historiadores. O autor ressalta que esses embates nortearam o processo evolutivo metodológico e científico do fazer histórico que perpassou da história universal e tradicional para uma história nova voltada para as minorias. Esta história

nova tem como ponto de partida o indivíduo e as implicações do fato histórico em seu meio social e seu modo de vida.

No que tange à memória, Le Goff (1996):

cita três tipos de memória que pode ser entendida como a base sobre a qual se inscrevem os encadeamentos de atos: a memória específica, a étnica e a artificial. A primeira define a fixação dos comportamentos de espécies animais. A segunda assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas. A terceira é a memória eletrônica, pois reproduz os atos mecânicos encadeados. (LERROI-GOURHAN *apud* LE GOFF, 1996, p. 427)

Quanto à memória coletiva, o autor a define como “o que fica do passado vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (NORA *apud* LE GOFF, 1996, p. 472), entretanto Le Goff (1996) salienta que a memória coletiva age como um instrumento e objeto de poder. Nesse viés, os escritos das sociedades que têm sua história baseada na oralidade permitem compreender os processos de dominação a partir das recordações de grupos constituídos socialmente. Encerra o capítulo elaborando o conceito de memória resultante de suas reflexões:

A memória, onde nasce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 477)

Já Rosemary F. Brum (2003; 2006) trata as nuances da história e da subjetividade, ou seja, da memória que imagina. A autora procura entender o compartilhamento e a solidarização tramando um diálogo interdisciplinar com a neurociência. Nesse diálogo pertinente à função cognitiva⁹ da imaginação na constituição da memória, a autora retoma as origens da narrativa que se configuram nos textos literários. Brum (2006) alerta o historiador para as inúmeras maneiras de distinguir entre memória e imaginação: elas se manifestam e podem ser percebidas nos gestos corporais, nas entonações vocais e nas expressões faciais. Outra forma de manifestação aparece através da força narrativa, pois a fala porta um relato testemunhal que pressupõe uma veracidade e, assim, o depoimento deve ser entrecruzado com outros documentos.

⁹ Nesta perspectiva, a cognição pode ser entendida como o processo pelo qual o ser humano interage com os seus semelhantes e com o meio em que vive.

A autora assevera que:

imaginação preenche os abismos que aparecem na narrativa, ou seja, imaginação é a habilidade de interligar elementos e eventos separados por espaços vazios, essa habilidade caracteriza-se como um ato de memória transmitida culturalmente pela oralidade. (BRUM, 2006, p. 76).

Nesse viés, pode-se afirmar que “na história oral se apresenta a memória coletiva, impressa de subjetividade nos ritmos e nas imagens que ultrapassam o conteúdo. “A história narrada existe, quando a memória se manifesta, seleciona motivos para esquecer ou reter novas impressões.” (BRUM, 2006, p. 83)

Outra abordagem sobre a memória é feita por Schimidt, que ao longo de seu texto sintetiza o pensamento de autores como Bérqson, Pollak, Recoeur, e toma como referência para seu trabalho os estudos de Halbwachs, para o “qual a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, condicionado no presente, pelos quadros sociais, pelos grupos dos quais cada indivíduo participa (da família à nação)” (SCHIMIDT, 2006, p. 93), e atua como o elemento agregador dos grupos sociais. Para ele, a memória (espontânea e viva) é interiorizada pelos quadros sociais e história (racional, exterior e laicizante). A partir desse princípio, o autor traça diferentes parâmetros conceituais sobre história e memória, dois dos quais merecem ser salientados: a história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações da coisa. Já a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. Define ainda “a memória como um fenômeno social, uma reconstrução (e não conservação) do passado” (SCHIMIDT, 2006, p. 92).

As reflexões sobre a teoria de Halbwachs permitem que se possa pensar o uso da fotografia como documento histórico, já que ela guarda a memória coletiva. Entretanto, deve-se entender que a fotografia tem uma biografia, um trajeto de existência que passa de dono em dono. Para usar a fotografia como documento histórico e produzir o conhecimento com esta fonte visual, o historiador precisa sair a campo e coletar as fotografias, registrando o seu contexto de uso na família ou grupo maior.

A pesquisa explorou intensivamente as possibilidades digitais, como *blogs*, redes sociais, *sites* e plataformas de vídeos¹⁰. Essas fontes, ainda que não sejam tradicionais dentro da pesquisa historiográfica, apresentam uma enorme diversidade de material, tanto de fontes primárias como jornais armazenados em hemerotecas e vídeos pessoais homenageando a empresa. Para trabalhar essas fontes considerou-se o método indiciário proposto por Ginzburg, pelo qual a partir de uma fonte procuram-se indícios do objeto de estudo, e por vezes revelando novas fontes, sendo especialmente útil no trato de fontes pessoais ou de órgãos não oficiais. Para Ginzburg (1989, p. 151), o paradigma indiciário “se traduz em um ‘tipo venatório’ caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável”.

Após as leituras preliminares e a pesquisa das primeiras fontes da instalação da Borregard e seu modelo de gestão, como objeto do presente projeto surgiu o seguinte questionamento: Por que o modelo de gestão adotado pela Borregaard em Guaíba fracassou, em contrapartida ao sucesso da empresa em seu país de origem?

Sabendo-se que o estudo da história de um fato isolado não se esgota sem a ligação com uma realidade de maiores dimensões, optou-se, a fim de responder a esta problemática – acerca da importância do impacto industrial e social da instalação da Borregaard em Guaíba, e a razão de seu modelo de gestão ter fracassado –, traçar um estudo com os seguintes objetivos específicos:

- contextualizar o recorte temporal predeterminado no Brasil e na Noruega;
- identificar as motivações da empresa para sua instalação no Sul do Brasil;
- determinar o impacto social da empresa na sociedade de Guaíba e Porto Alegre;
- determinar sua importância e contribuições tecnológicas e metodológicas na indústria de celulose no Brasil;
- analisar o modelo de gestão adotado pela empresa no Brasil, e se tal modelo estava de acordo com o modelo geral de gestão da empresa na Noruega;
- identificar os espaços de trabalho e sociabilidade ligados à empresa; e
- analisar aspectos da imigração temporária promovida pela empresa.

¹⁰ Facebook, YouTube, *blogs*, *sites* de instituições e hemerotecas.

O motivo pelo qual se optou pela temática foi a oportunidade de pesquisar sobre o processo de industrialização do Rio Grande do Sul através de uma perspectiva histórica. Também a possibilidade de investigar as relações econômicas entre o Brasil e os países escandinavos foi grande motivadora desse projeto, tendo em vista que tal assunto é pouco explorado, embora hoje haja um grande número de empresas escandinavas (sobretudo, suecas e norueguesas) atuando no país, como Volvo, Scania, LinoTech, Tetra Pak e Yara, entre tantas outras, sendo a Borregaard uma das pioneiras nesse sentido.

A Borregaard no Rio Grande do Sul teve uma atuação polêmica em função da sua gestão, sobretudo relativo às questões ambientais e, por outro lado, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da cidade de Guaíba, para o desenvolvimento industrial no Estado e para colocar o Brasil entre os grandes produtores de celulose do mundo. Nesta perspectiva, a pesquisa busca contribuir para um melhor entendimento das motivações de empresas estrangeiras que procuram estabelecer-se no Rio Grande do Sul, uma vez que, entendendo os modelos de gestão das empresas através de um estudo histórico, é possível prever e avaliar os riscos, bem como prós e contras de tais relações. Ademais, a Noruega, embora tenha tido uma industrialização relativamente tardia, hoje é um país altamente industrializado, utilizando-se da tecnologia e explorando de forma consciente seus recursos naturais e humanos, razão pela qual convém estudar porque não foi exitosa sua tentativa de estabelecer e manter a gestão de uma fábrica no sul do Brasil.

Sobre os procedimentos metodológicos empregados a fim de viabilizar o estudo, partiu-se para a leitura e coleta de dados em livros, artigos e registros documentais da época, obtidos a partir de pesquisa no Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Arquivo do Jornal Correio do Povo, além de jornais digitalizados encontrados na base de dados da hemeroteca da Biblioteca Nacional¹¹, *Google Newspaper* e *Nasjonalbiblioteket*, da Noruega¹².

Em um segundo momento, contou-se com o aporte da História Oral, através de entrevistas realizadas com pessoas envolvidas no processo de instalação da planta da empresa, uma vez que tal processo implicou no deslocamento significativo

¹¹ <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

¹² <http://www.nb.no/>

de mão de obra especializada vinda de toda a Escandinávia. Neste sentido, reitera-se a importância da utilização da história oral, que, de acordo com Thompson (1992, p. 137), transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para uma história que, além de ser mais rica, mais viva e mais comovente, é também mais verdadeira. Para o autor:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. (THOMPSON, 1992, p. 44)

Quanto ao uso da história oral, a historiadora Núncia Santoro de Constantino (2004, p. 31) observa que:

A história oral revitaliza-se através de um trabalho sistemático de recuperação e registro da memória; dá conta da diversidade temática, possibilitando investigar grupos humanos que, por hábito, não frequentam a documentação ‘oficial’.

Portanto, em termos metodológicos, o estudo parte do emprego da História Oral híbrida¹³, bem como da análise de documentos escritos e literatura secundária seguindo a metodologia de análise textual de Roque Moraes (2003). Com os dados em mãos, em um primeiro momento de contato fez-se necessária uma leitura chamada flutuante.¹⁴ Posteriormente a esse contato inicial, seguiram-se os procedimentos metodológicos, destacando-se a preparação do material a ser pesquisado, segundo a definição de unidades de análise, que podem evidenciar significados, temáticas e códigos. Em seguida, fez-se a categorização, que tem por finalidade agrupar os dados mediante critérios definidos durante o processo de desenvolvimento da pesquisa. Finalmente, sobreveio a descrição, que assume o

¹³ Os procedimentos utilizados em história oral são: História oral pura: feita com diálogos internos das falas apreendidas; e História oral híbrida: quando as narrativas concorrem com outros suportes documentais. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 48.

¹⁴ Leitura em profundidade de cada um dos relatos até dominar o todo de um mesmo depoimento (SCHRAIBER, 1995, p. 63-74).

papel de apresentar, em primeira mão, na forma de um texto síntese, os resultados da pesquisa. Na etapa final, a interpretação, fase em que a pesquisa atinge um grau de compreensão mais profundo do conteúdo dos documentos analisados e o pesquisador produz seu metatexto, no qual comunica os pareceres sobre o objeto de pesquisa (MORAES, 1999).

Além disso, a investigação se constitui em um estudo interdisciplinar que abarca contribuição de diferentes áreas do conhecimento, como a economia e a história social. Salienta-se ainda que o estudo faz uso das lembranças de pessoas que viveram determinadas experiências por meio das quais descortinará uma memória coletiva:

[...] que se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, a memória sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação (BOSI, 1983, p. 332-333).

Deve-se levar em conta que esta memória que parte do indivíduo considera o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 55), ou seja:

[...] a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Essa memória se constitui a partir da vivência em grupo e pode, através das lembranças, ser reconstituída ou simulada. Ela cria representações baseada no que se percebe ou imagina que aconteceu ou pela internalização de representações de uma memória histórica (*ibidem*, p. 76-78).

Desse modo, uma leitura histórica, oral, literária e social da autobiografia pode proporcionar o resgate de escrituras em alguns casos obscuras ou mal interpretadas, ao mesmo tempo em que pode iluminar as formas pelas quais se utilizam – ou se podem utilizar – as autobiografias, tanto para representar, compreender vidas individuais e particulares, quanto para testemunhar eventos históricos marcantes, estabelecendo uma corrente de interesses comuns capaz de promover mudanças educativas, políticas e sociais, ou contribuir para a própria teoria do memorialismo como gênero (OLMI, 2006).

Portanto, observa-se que a relevância do projeto é fato e é de urgente execução, dado à importância do tema, pois ainda que os princípios básicos da metodologia da pesquisa sejam: de quem, como e por que, deve-se, além destes,

levar em consideração alguns fatores: a relevância social da pesquisa; escassez em termos de abrangência de entrevistas, local e tempo; diálogo com a comunidade que o gerou; e responsabilidade na finalização e devolução ao grupo (MEIHY, 2007, p. 46).

Para concluir, e de forma a salientar a importância da história oral, cito o historiador Paul Thompson (1992, p. 21-26):

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais [...]. O desafio da história oral relaciona-se, em parte com essa finalidade social essencial da história [...]

A pesquisa foi dividida em três capítulos precedidos pela introdução e sucedidos pelas considerações finais que integram o *corpus* do trabalho. O segundo capítulo, intitulado Borregaard, trará, de forma breve, o histórico da empresa, seu surgimento na Noruega e o modelo de gestão adotado em seu país de origem. Analisará ainda o processo de internacionalização da Borregaard focando na instalação da sua planta em Guaíba, objeto central de estudo do presente trabalho. O enfoque será sobre os fatores materiais e objetivos decorrentes da instalação da fábrica e da sua gestão, deixando o contexto socioeconômico para o capítulo seguinte. Essa escolha na divisão do trabalho se deu em função de que a empresa nem sempre considerou o contexto local como fator primordial em suas decisões administrativas, se guiando muitas vezes de acordo com o contexto global do mercado no qual está inserida, nesse caso a indústria de celulose.

O terceiro capítulo diz respeito ao contexto sociopolítico e econômico, e abordará questões relativas ao momento político, social e econômico do Brasil e da Noruega, durante as décadas de 1960 e 1970 do século XX. A opção foi por trabalhar Porto Alegre e não Guaíba, pelo fato de que foi em Porto Alegre que se desenrolou toda a polêmica que culminou na venda da fábrica pelo grupo norueguês. Além da proximidade geográfica das duas cidades, que coloca Guaíba na esfera de influência de Porto Alegre, foi a capital gaúcha quem mais sofreu com as ações da Borregaard.

Ainda nesse capítulo será também analisado o contexto mundial da indústria de celulose, dando enfoque à situação de Brasil e Noruega nessa conjuntura. Muito foi dito sobre as motivações da empresa em se instalar no Brasil, chegando a afirmações categóricas de que teria vindo se estabelecer em terras brasileiras apenas para poluir à vontade. A partir da análise de fatores técnicos e econômicos, pretende-se obter um panorama que ofereça pistas das reais motivações da empresa.

O quarto capítulo se debruçará sobre os desdobramentos ocasionados pela vinda da empresa para o Brasil, visto que sua decisão de montar uma planta fabril em território brasileiro já ocasionava debates e entraves políticos na Noruega quando a empresa ainda não havia sequer iniciado a construção em Guaíba, prenunciando o caráter polêmico que teria sua passagem pelo país.

Um dos fatores abordados será a vinda dos escandinavos para Guaíba, ainda que em regime temporário, podendo ser considerados como imigrantes, visto que se trata de um grupo de pessoas que se deslocou de uma região à outra e não vieram apenas funcionários, pois eles trouxeram também suas famílias. Os imigrantes “temporários” tiveram, no entanto, que se integrar ao novo contexto social em que foram inseridos, e a partir dessa inserção, que envolveu escolas e moradia, pretende-se identificar os espaços de sociabilidade desenvolvidos e sua dinâmica, e como esse processo afetou igualmente os residentes locais. Vale salientar que alguns desses “imigrantes temporários” nunca retornaram ao país de origem, criaram laços e se estabeleceram definitivamente no Brasil.

Serão trabalhados aspectos relacionados à imprensa, em um período de repressão e censura por parte do governo¹⁵, quando o caso da poluição na beira no Guaíba ganhou as manchetes e era pauta constante nos periódicos de Porto Alegre. As campanhas encabeçadas pelo Correio do Povo e seguidas pela Zero Hora e Folha da Tarde deram voz ao movimento ambiental na luta contra a empresa. A Borregaard era o inimigo contra quem se podia lutar afinal, já que o problema gerado pela fábrica atingia a todos indistintamente.

Sobre os desdobramentos políticos foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, a fim de apurar as responsabilidades ambientais da empresa, e um dos fatores que contribuiu para isso foi o fato do

¹⁵ O Brasil a partir de 1964 esteve sob regime militar, e assim permaneceu durante todo o período que a Borregaard operou no país.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) ser o principal acionário da Borregaard. A comissão presidida por um deputado do partido governista (ARENA) determinou a interdição da fábrica no final de 1973, interdição essa que não foi definitiva, mas contribuiu diretamente para a estatização da empresa um ano depois, quando foi transformada em Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (RIOCELL).

No que tange ao social, a chegada da empresa ocasionou diversas mudanças na lei, tanto no que se refere aos incentivos de ordem financeira quanto à legislação ambiental, já que as ações da fábrica suscitaram um debate antes ignorado. Grupos como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) ganharam notoriedade nacional, levando o movimento ecológico para além das fronteiras do Estado. O Brasil passou a figurar entre os maiores produtores de celulose do mundo, atraindo a atenção de outros investidores estrangeiros que se tornaram cientes do potencial produtivo do país na silvicultura e na exploração de celulose.

A nova direção da empresa teve que se preocupar muito em recriar sua imagem perante a população gaúcha, o que contribuiu para a adoção de boas práticas ambientais no processo produtivo, fazendo com que seu modelo viesse a servir de exemplo para outras empresas do mesmo setor.

Nas considerações finais serão apresentados os principais resultados da pesquisa, relacionando-os com os objetivos inicialmente propostos. Motivações, momento político e social, economia e mercado, tudo isso convergiu para a Borregaard optar pelo Brasil e, no entanto, o empreendimento acabou por fracassar. Fortes fatores culturais contribuíram para esse fracasso, além de interesses econômicos nacionais que estavam acima dos interesses da empresa norueguesa, focada apenas em suprir suas necessidades em termos de matéria-prima de forma eficiente e a um baixo custo. De maneira alguma esse estudo encerra a questão, sendo apenas uma nova possibilidade de olhar para essa história, que embora tão comentada na ótica ambiental, foi ainda pouco estudada sob a perspectiva da história empresarial.

2 A BORREGAARD

Este capítulo tratará de forma breve do histórico da empresa, seu surgimento na Noruega, e o modelo de gestão adotado em seu país de origem. Analisará ainda o processo de internacionalização da Borregaard focando na instalação da sua planta em Guaíba, objeto central de estudo do presente trabalho. Cabe ressaltar que nesse primeiro momento serão analisados os fatores materiais e objetivos decorrentes da instalação da fábrica e da sua gestão, mas o contexto histórico e sociopolítico será tratado em um capítulo à parte, da mesma forma que seus desdobramentos. Optou-se por assim fazê-lo tendo em vista que os modelos de gestão adotados pela Borregaard nem sempre se pautaram pelo contexto em que a empresa estava inserida, mas sim, pela lógica de mercado da indústria de celulose, considerando o contexto global, e não, local.

Na primeira parte será abordada a criação da empresa na Noruega. As fontes utilizadas foram as disponíveis no *site* institucional da Borregaard¹⁶ e no *site* oficial da cidade de Sarpsborg¹⁷, além de algumas obras biográficas norueguesas, como o artigo de Frank Jacobsen no livro “*Norsk biografisk leksikon*”, dedicado a Oscar Pedersen¹⁸, primeiro gerente da Fábrica.

Sobre a instalação da empresa no Brasil, serão utilizados principalmente as fontes orais e o material coletado na imprensa local, sobretudo no arquivo do Jornal Correio do Povo. O *site* da Celulose Rio Grandense também constituirá uma fonte importante sobre o início da Borregaard em Guaíba.

2.1 NA NORUEGA

A história da Borregaard está intimamente ligada à história da cidade de Sarpsborg, situada ao sul do condado de Østfold, e fica a cerca de 90 quilômetros de distância da capital Oslo. Sarpsborg é uma das mais antigas cidades norueguesas, fundada pelo rei Olavo II, o Santo, em 1016, e inicialmente chamava-se Borg (castelo em norueguês). A cidade é banhada pelo rio Glomma e possui uma

¹⁶ *Site* oficial da Borregaard: <http://www.borregaard.com/About-us/History>

¹⁷ *Site* oficial da cidade de Sarpsborg: <https://www.sarpsborg.com>

¹⁸ Oscar Pedersen foi uma figura de destaque em Sarpsborg, hoje dá nome a uma rua no centro da cidade. Foi Pedersen quem indicou a Kelnner, de quem era amigo pessoal, que a fazenda Borregaard estava à venda. Dirigiu a Borregaard de 1989 até seu falecimento em 1913.

das maiores cachoeiras da Europa, a Sarpefossen. Essas características geográficas foram determinantes para seu futuro como cidade industrial. Outro fator determinante foi o climático, sendo considerada a cidade mais ensolarada da Noruega pelo Instituto Meteorológico norueguês. Apresenta temperaturas amenas para o padrão escandinavo, com mínimas que atingem no máximo -3°C , e considerando que Oslo durante o inverno chega a registrar temperaturas abaixo dos -15°C , Sarpsborg possui um clima agradável e propício para a produção da madeira, que abasteceria a indústria de celulose.

Figura 1 - Sarpsborg (em vermelho) e Østfold (em amarelo)



Fonte: https://no.wikipedia.org/wiki/Sarpsborg#/media/File:Norway_%C3%98stfold_-_Sarpsborg.svg

Embora Sarpsborg seja uma cidade bastante antiga, foi a industrialização que lhe conferiu seu atual *status* de cidade grande, sendo hoje o condado de Østfold uma das cinco maiores concentrações urbanas na Noruega, e nesse aspecto a instalação da Borregaard foi decisiva para o desenvolvimento da cidade.

Figura 2 - Brasão de Armas de Sarpsborg



Fonte: <https://www.sarpsborg.com/byen-og-kommunen/logo-profilhandbok-og-bilder-til-nedlasting/>

O brasão de armas de Sarpsborg consiste de escudo mostrando a figura de uma torre dupla e um urso; o escudo antes ladeado por dois ursos, hoje se resume apenas ao escudo. Interessante perceber como o logotipo da Borregaard segue um padrão bastante semelhante: a princípio era apenas um urso dentro de um brasão e hoje apresenta o brasão dividido diagonalmente com o a figura do urso empunhando um machado ocupando uma parte e a outra apresentando duas coníferas. Tal representação remete diretamente à relação intrínseca da empresa com a cidade de Sarpsborg.

Figura 3 - Logomarca atual da Empresa



Borregaard

Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/Logos>

Segundo informações do *site* oficial da Comuna de Sarpsborg, até 1940 a cidade não era industrializada, sendo uma região predominantemente rural, e o potencial que a grande cachoeira Sarpefossen apresentava até então não era devidamente explorado. O cenário mudou em 17 de maio de 1889, quando um empresário de Manchester na Inglaterra, Sir Edward Partington, e o químico austríaco Dr. Karl Kellner, resolvem levar a The Kellner Partington Paper Pulp Co. Ltd. para a Escandinávia, a fim de produzir papel de alta qualidade.

Figura 4 - Os fundadores Edward Partington e Karl Kellner



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/History>

Os fundadores Edward Partington e Karl Kellner tinham como objetivo construir duas fábricas de celulose na área onde estava a matéria-prima, mas o papel seria produzido de fato na Inglaterra, para onde seguiria a polpa de celulose processada na Noruega. Partington e Kellner foram responsáveis por importantes patentes referentes à produção de celulose (BORREGAARD).

O nome Borregaard está ligado a Borgargjerdi, a residência real que o rei Olavo II manteve na região. Em 1312 a propriedade deixou de pertencer à coroa norueguesa e se tornou uma propriedade rural, e o nome foi mudado gradualmente ao longo do tempo para Borregaard.

A fazenda teve diversos proprietários até ser comprada em 1889 pela The Kellner Partington Paper Pulp Co. Segundo informa o portal oficial de Sarpsborg, a compra foi feita por indicação de Oscar Pedersen, um engenheiro que trabalhava para Hafslund Chemiske Trævarefabrik e que se tornou diretor da Borregaard (JACOBSEN, 2010).

A fazenda foi adquirida pelo valor de £ 20.000 e a fábrica começou a operar em março de 1892, apresentando lucros consideráveis já no seu primeiro ano de produção.

Figura 5 - Planta da Borregaard em Sarsborg quando iniciou a operar



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/History/Historical-pictures>

Em 1895, a Borregaard foi responsável por um terço da produção total de celulose da Noruega, e em 1909 era a maior zona de trabalho industrial do país, possuindo cerca de dois mil funcionários. A partir de tais dados é possível observar o rápido crescimento da empresa, ainda mais quando se considera que a industrialização da região de Sarpsborg foi bastante tardia.

Sobre a Borregaard no contexto da indústria norueguesa, Hovland (1995, p. 281) aponta que:

*British capital and know-how played an important role in the development of both the chemical pulp and the paper industries in Norway, one example being that of the Kellner Partington Paper Pulp Co. Ltd., which built up the largest integrated concern in the industry: Borregaard.*¹⁹

Nesse período, a Hafslund, outra grande empresa de Sarpsborg, passou a ser controlada por capital alemão, que investiu no setor energético, aproveitando a capacidade de geração da cachoeira Sarpefossen. A eletricidade impulsionou a indústria local e atraiu pessoas de outras partes do país, e a população da cidade passou de 10.000 habitantes em 1890 para mais de 20.000 em 1910.

¹⁹ Tradução livre: O capital e *know-how* britânico desempenharam um papel importante no desenvolvimento tanto da pasta química quanto da indústria de papel na Noruega, sendo um exemplo a Kellner Partington Paper Pulp Co. Ltd., que construiu a maior indústria desse segmento: Borregaard.

Em 1907, a Borregaard enfrentou a primeira greve de operários, ainda sob a administração de Pedersen, e Sarpsborg se tornava cada vez mais uma cidade operária. Svendesen aponta que os operários, influenciados pelo socialismo, não queriam servir a empresas capitalistas, e forçaram mudanças no sentido de garantir o bem-estar social dos trabalhadores e da população da cidade. Em 1918, após a primeira guerra, a Noruega conseguiu garantir a compra de grandes empresas controladas por capital estrangeiro, entre elas a Borregaard e a Hafslund. A The Kellner Partington Paper Pulp Co. Ltd. passou a se chamar oficialmente Borregaard, nome da fazenda que abrigava a planta da fábrica, ao ser comprada pela Aktieselskapet Borregaard por cem milhões de coroas.

Alt var så nytt og stort i Sarpsborg. Og størst var Borregaard. 3.700 kvinner og menn arbeidet dag og natt med å omskape tømmeret til det hviteste papiret, den sterkeste cellulosen og den mykeste terylen. Alle i byen visste hva vaniljeisen smakte av; norsk gran.²⁰ (SVENDSEN)

A empresa estava focada apenas na produção de celulose e papel até a Segunda Guerra Mundial. Desse ponto em diante, passou a desenvolver uma ampla gama de produtos químicos e começou a atuar em diferentes áreas, mas, como pode ser observado, tudo se desenvolvia a partir da produção de celulose, sendo todas as outras áreas advindas dessa atividade principal. Compostos químicos resultantes e utilizados no processo de polpa de celulose passaram a ser desenvolvidos na própria empresa, o que abriu novos horizontes para Borregaard.

²⁰ Tudo era tão novo e grande em Sarpsborg. E o maior era a Borregaard, na qual 3.700 mulheres e homens trabalhavam dia e noite para transformar madeira no papel mais branco, a celulose mais resistente na fibra de poliéster mais suave. Todos na cidade sabiam o sabor da baunilha; abeto norueguês.

Figura 6 - Madeira na margem do rio Glomma



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/History/Historical-pictures>

A Borregaard atualmente possui quatro subsidiárias importantes: Borregaard ChemCell, Borregaard LignoTech, Borregaard Synthesis e Borregaard Ingredients. As subsidiárias ajudam a aumentar o lucro da empresa e fornecem a produção de itens essenciais à própria empresa, barateando o custo final da produção.

A história da Borregaard LignoTech começou ainda em 1927, com as primeiras pesquisas sobre as propriedades da lignina²¹. As pesquisas foram evoluindo e novos usos foram descobertos para ela e os línosulfonatos²². Essa subsidiária opera no Brasil, porém utiliza apenas o nome LignoTech, provavelmente em função do desgaste da imagem da empresa nos anos 1970.

²¹ A lignina é uma classe de polímeros orgânicos complexos que formam materiais estruturais importantes nos tecidos de suporte de plantas vasculares e algumas algas. A lignina é particularmente importante na formação das paredes celulares da madeira e casca; sua função é conferir rigidez, impermeabilidade e resistência. Quimicamente, a lignina é um polímero de fenol reticulado. (LEBO; GARGULAK; MCNALLY)

²² Línosulfonatos ou lignina sulfonada são polímeros polieletrólitos aniônicos solúveis em água: são subprodutos da produção de polpa de madeira utilizando polpa de sulfito. (LEBO; GARGULAK; MCNALLY)

Figura 7 - Laboratório químico da Borregaard



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/History/Historical-pictures>

Figura 8 – Borregaard LignoTech



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/Logos>

A Borregaard ChemCell produz celulose solúvel especial a partir da fibra longa extraída de árvores como o abeto. Fornece para a indústria outros derivados, tais como éteres e ésteres de celulose e acetato de celulose. Fibras têxteis também são produzidas pela ChemCell, além de papéis de qualidade variada. Produtos como soda cáustica e ácido clorídrico são usados como branqueadores no processo de fabricação de papel e são fabricados tanto para uso interno como para comercialização industrial.

Figura 9 – Borregaard ChemCell



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/Logos>

A Borregaard Synthesis é focada no desenvolvimento de agentes de contraste de raios-X, mas também fornece ingredientes farmacêuticos ativos para diversos medicamentos. Opera na sede da empresa em Sarpsborg e em uma planta em Ravenna na Itália, onde desenvolve difenóis.



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/Logos>

Borregaard Ingredients é um dos principais fornecedores mundiais de vanilina²³ e etilvanilina, sendo a única empresa que fornece vanilina a partir da madeira. Este produto se destina, sobretudo, à indústria alimentícia, e a empresa trabalha com uma ampla gama de vanilina especialmente adaptada para diferentes aplicações, como chocolate, doces, produtos de panificação e laticínios. Embora seja mais utilizada em alimentos, também serve de matérias-primas na indústria farmacêutica e na perfumaria.



Fonte: <http://www.borregaard.com/About-us/Logos>

Em 1986, a Borregaard fez uma fusão com Orkla, um grande conglomerado de empresas norueguesas; em seguida, no ano de 1992, a então Orkla Borregaard juntou-se à Nora Industries. No entanto, a área de produtos químicos manteve o nome Borregaard, e a sede da empresa continuou em Sarpsborg. Em outubro de

²³ Vanilina é um aldeído fenólico, um composto orgânico com a fórmula molecular C₈H₈O₃. Seus grupos funcionais incluem aldeído, éter e fenol. É uma das substâncias olorosas mais apreciadas para criar aromas artificiais. A vanilina sintética é muito mais utilizada que o extrato de baunilha natural, servindo como agente aromatizante em alimentos, bebidas e produtos farmacêuticos. (DIGNUM; KERLERA; VERPOORTE 2001)

2012, a Borregaard separou-se da Orkla, e foi listada na bolsa de valores de Oslo, a Oslo Børs.

Figura 12 - Borregaard em Sarpsborg



Fonte: <http://www.borregaard.com/content/download/82246/16418059/file/Borregaard%20-%20Annual%20Report%202013.pdf>

Depois do exposto, passa-se a analisar o processo de internacionalização da Borregaard focando na instalação da sua planta em Guaíba.

2.2 NO BRASIL

Segundo Frank Cranston Woodhead (2013), cônsul norueguês em Porto Alegre, as intenções de instalar uma planta da Borregaard no Rio Grande do Sul já haviam surgido em meados da década de 1960, levando a nomeação de seu pai Peter Cranston Woodhead ao posto de cônsul da Noruega em Porto Alegre, a fim de providenciar os trâmites necessários a tal empreitada. Por outro lado, o deslocamento de famílias e grande capital financeiro do pequeno país escandinavo rumo a uma terra distante e politicamente instável²⁴ causou preocupação ao governo norueguês, que impôs à empresa uma série de exigências formais no intuito de salvaguardar seus cidadãos, bem como seu capital.

Sobre os primeiros passos na intenção de instalar uma fábrica em Guaíba tem-se a palavra do próprio Peter Cranston Woodhead, que chegou a ser diretor da

²⁴ O Brasil era visto como politicamente instável e não inspirava confiança nos noruegueses por estar sob um regime militar ditatorial, que reprimia seus opositores brutalmente e impunha censura à imprensa nacional. O tema será aprofundado no capítulo 3.

Borregaard. Ele escreveu um livro de memórias sobre sua empresa de agenciamento marítimo, a Cranston Woodhead & Co., no qual descreve sua participação na história da empresa norueguesa.

Em maio de 1964 fui entrevistado pelo Embaixador da Noruega como um preambulo para ser nomeado cônsul norueguês em Porto Alegre. Esta entrevista foi muito informal, por isso se deu no Veleiros do Sul Iate Clube e eu estava vestido com bermuda e camisa esporte e tênis. O encontro foi realizado em um dos 'trapiches', onde iates ancoram e durou apenas alguns minutos. Aparentemente, ele estava satisfeito e logo depois fui nomeado primeiro vice-cônsul e em 1968, Cônsul completo. Anteriormente, cerca de 20 anos antes, tinha havido um cônsul da Noruega em Porto Alegre, mas em seu retorno à Europa ninguém foi nomeado e o Consulado fechou. Dentro de alguns meses de minha nomeação a razão para a ressurreição do Consulado tornou-se óbvia: Borregaard estava planejando construir uma grande fábrica de celulose na área de Porto Alegre. (WOODHEAD)

Peter conta em seu relato que chegou a pensar que a ideia de construir a fábrica havia sido abandonada, visto que a questão ficou suspensa até 1968, quando finalmente confirmaram que o projeto seria levado adiante e as primeiras fazendas de Eucalipto começaram a ser plantadas. Segundo Peter, a maior parte do local onde a fábrica estava sendo erguida foi comprada da família Renner, embora parte do terreno tenha sido cedido pela Prefeitura de Guaíba.

Durante o período de construção e pouco tempo depois, fui nomeado Diretor, meu trabalho principal está sendo assinar 'escrituras' dos milhares de hectares que estão sendo comprados para o plantio de eucaliptos, todos num raio de 60 km do Guaíba. Borregaard queria se tornar autossuficiente no abastecimento de sua principal matéria-prima, assim, controlando o preço. (WOODHEAD)

Figura 13 - Obra de construção da fábrica



Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

Conforme informações do *site* da Celulose Riograndense²⁵, a empresa foi oficialmente constituída em 15 de março de 1966 como Indústria de Celulose Borregaard S.A., e confirmando as alegações de Peter Woodhead, em 1968 iniciou-se o plantio de eucalipto, executado pela comissão técnica da Noreno do Brasil.

Em sua linha do tempo sobre a história da empresa, a Celulose Riograndense destaca alguns pontos marcantes do período da Borregaard: a compra da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro, destinando mais de dez mil hectares para o plantio; a inauguração oficial da planta industrial em 1972; a interrupção na produção durante o período de 100 dias em 1974, que é relatada pela empresa como tendo sido “para instalação de avançados equipamentos tecnológicos com a finalidade de reduzir as emissões oriundas do processo fabril”; o controle acionário assumido pelo Sulbrasileiro/MFM em julho de 1975; e, por fim, a mudança de nome para Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (RIOCELL), em função das crescentes polêmicas envolvendo a empresa, que deram origem até mesmo a uma CPI.

Interessa ao presente trabalho investigar as motivações para instalação da empresa em Guaíba e uma pista surge do artigo de Slongo (1990), intitulado “Meio ambiente e estratégia tecnológica da Riocell”. O autor aponta que a indústria de celulose nesta altura estava ciente que não poderia se manter explorando espécies com ciclos de vida que giravam em torno de 50 anos; buscando por soluções, a fibra

²⁵ <http://www.celuloseriograndense.com.br/empresa/historia>

curta de eucalipto foi eleita a grande promessa, sobretudo por ter um ciclo médio de apenas sete anos. Tendo como base essas tendências, a Borregaard procurou investir em regiões que tivessem características apropriadas ao cultivo de espécies de ciclo curto.

O delineamento das características regionais adequadas, mais os incentivos governamentais apontaram no Brasil as facilidades procuradas. Estudos internos de localização indicaram como micro-região o município de Guaíba, estrategicamente localizado às margens do Rio Guaíba e circundado por extensas áreas altamente propícias ao cultivo do eucalipto. (SLONGO, 1990)

Sobre a escolha do Brasil, Frank Woodhead (2013) reforça a visão de Slongo, afirmando que “enquanto uma árvore no Brasil leva em média sete anos para crescer, na Noruega leva trinta”, mas salienta que a escolha de Guaíba se deu em função de duas exigências básicas por parte dos noruegueses: a fábrica deveria estar próxima de uma capital por questões de infraestrutura, e ter acesso a meios de transporte fluvial para o escoamento da produção. Sobre isso, Peter Woodhead informa que um navio foi construído especialmente para fazer o carregamento da produção entre Guaíba e Rio Grande, de onde seguia para a Noruega.

A celulose produzida pela Borregaard era do tipo crua, e toda a produção, 720.000 toneladas por ano, era enviada para a Noruega para o branqueamento. Para este efeito, uma embarcação especial, o ‘Borg’, foi construído e carregado regularmente em Rio Grande, nos tendo nomeado os representantes e os estivadores. [...] O ‘Borg’ foi construído na Antuérpia, feito na medida para as necessidades de Borregaard e foi equipado com dois guindastes de pórtico. O carregamento foi realizado com ganchos especiais ligados ao espalhador de cada guindaste que pudesse içar três fardos de 5 toneladas de cada vez, colocando-os na escotilha quadrada sem nenhuma assistência humana. As únicas pessoas necessárias do sindicato dos estivadores foram os motoristas do guindaste, e cerca de dez deles foram selecionados para um determinado curso especial. [...] Este navio, ao longo dos anos desde sua viagem inaugural em 1973 fez até agora 115 viagens consecutivas para Rio Grande e, para comemorar a centésima viagem, uma placa especial de bronze foi entregue ao Sr. Knudsen, que veio para o Rio Grande especialmente para a ocasião. (WOODHEAD, 1992, p. 32)

Figura 14 - Navio Borg, transporte de celulose



Fonte: <http://www.celuloseriogrاندense.com.br/exposicao40anos/>

Figura 15 - Maquete da planta em Guaiba



Fonte: <http://www.celuloseriogrاندense.com.br/exposicao40anos/>

Outro aspecto importante levantado por Frank Woodhead sobre a vinda da empresa para o Brasil foi quanto à questão política, teria havido “uma longa discussão, pois o Brasil vivia um momento de instabilidade política”. Tal afirmação pode ser confirmada pela pesquisa em jornais noruegueses do período, que questionavam as garantias que a empresa teria ao se instalar em um país sob um

governo ditatorial. A pesquisa foi realizada através da plataforma *online* da Biblioteca Nacional Norueguesa, que disponibiliza um vasto acervo digital.²⁶

Conforme relatado por Frank em sua entrevista, a questão chegou a ser discutida no Parlamento Norueguês, como pode ser observado em uma nota do jornal *Hardanger Folkeblad* em 1967, afirmando que “uma maioria sólida dos dois partidos no Parlamento recomenda que seja dada uma garantia estatal à Borregaard contra os riscos políticos de investimentos da empresa em uma fábrica de celulose no Brasil”. O *Firda Folkeblad* de dezembro de 1968 traz uma espécie de piada “Tem ditadura *verru*ga no Brasil. Borregaard sem nenhuma garantia?” Outra edição do mesmo jornal questionava “E quanto ao projeto brasileiro?”

Figura 16 – Matéria de *Hardanger Folkeblad* em 1967

BRASIL-GARANTIEN

(VP) Det ble et solid tverrpolitisk flertall i Stortinget — 88 mot 60 stemmer — for å anbefale at det blir gitt statsgaranti til Borregaard mot den politiske risiko ved selvskapets investeringer i en ny cellulosefabrikk i Brasil.

12 av Arbeiderpartiets representanter stemte for garantien. Olaf Korten var den eneste venstre representant som stemte mot. I sentrepartiets gruppe var det tre representanter som var mot garanti — gruppens mest konservative stemmer: Hans Borgen, Erling Ege og Jon Laurfall.

Korten motverte sin motstand med at man etter hans mening måtte stille strengere krav til prosjekter før man kobler dem sammen ved utviklingshjelp. Han kunne ikke se noe i prosjektet som i vesentlig grad skilte seg fra det klassiske imperialistiske mønster.

På den annen side framholdt Rønne Garbo at om man nå sa nei til søknaden fra Borregaard, ville ikke det rekke en tordel ved makten til de diktatorer som i dag regjere i Brasil. Men det vil ta et håp og en mulighet fra en fattig landarbeiderbefolkning i Guaiba-distriktet, som det her dreier seg om. Det er det som er vårt valg, om hensynet til en virkningsløs demonstrasjon overfor diktatorens skal veie tyngre enn muligheten for å bistå dem som ønsker og trenger nye arbeidsplasser.

Garbo understreket ellers at spørsmålet gjaldt om vi — i tillegg til og innenfor rammen av den samlede norske u-hjelp — skal gjøre praktisk bruk av en garantiordning som Stortinget vedtok for seks år siden, og som senere i alt tre ganger har vært til behandling og vedtatt i Stortinget.

Den spesielle garantiordning det her dreier seg om, gir en garanti for bedrifter som investerer i utviklingsland mot konfiskasjon, mot edøggelser ved krigshandlinger eller opprør, eller mot hindringer for betalingsoverføringer fra landet. Og her er det tale om en garanti på inntil 80 millioner kr. av et totalt tilslagsbeløp som Stortinget har satt til 600 millioner kr.

Garbo fant det imidlertid ikke helt tilfredsstillende at vi selv skal vurdere et prosjekts utviklingsfremmede virkning i et annet land, samtidig som prosjektet gir økonomiske fordeler for oss selv. Han mente saken aktualiserte behovet for et internasjonalt garantiinstitutt som objektivt kunne bedømme prosjekters utviklingsfremmen de virkninger.

Når Garbo ville gi garantien sin støtte, var det vesentlig fordi prosjektet vil gi arbeid og bedre levestandard til et område som har et proletariat i internasjonal målestokk, med arbeidsløshet, underbeskjeftigelse og elendige lønns- og sosiale forhold. Spørsmålet er om en norsk bedrift skal komme inn, gi fast arbeid, en lønnsstandard over det dobbelte av dagens nivå i området, og sikre en rekke sosiale ytelser. I tillegg til de 1800 mennesker som direkte kan bli knyttet til den norsk/brasilianske oedrift, kommer de tusen andre som kan bli knyttet til skogsarbeidet og til underleveranser av råstoff til den nye fordelingsbedrift.

Jakt- og Fiskelaget har planer om klekkeri og klubbhus på «Langesæterøy»

Odda Jakt- og Fiskelag hadde arrangert no om sauroag. Av årsberetninga gar fram at det iljor vart

Fonte: Nasjonalbiblioteket, <http://www.nb.no/>

²⁶ Nasjonalbiblioteket: <http://www.nb.no/>

Por fim, as garantias necessárias foram dadas tanto por parte do governo brasileiro quanto pelo governo norueguês. No Brasil já havia uma política de apoio às indústrias de celulose em andamento, e com a possibilidade da vinda da Borregaard, as coisas se intensificaram no setor a tal ponto que o BNDE²⁷ se tornou acionista da empresa.

Como o projeto representaria cerca de 10% do valor total da pauta de exportações brasileiras no ano de 1967, o BNDE decidiu apoiá-lo, inclusive participando acionariamente do projeto. Isto é, graças ao projeto Borregaard, o Banco iniciou uma política acionária direta em determinados projetos. (HILGEMBERG; BACHA, 2001)

Outras questões precisaram de atenção por parte da empresa. Frank Woodhead atenta para os aspectos sociais envolvidos na instalação da planta “[...] Meu pai (quando nomeado cônsul) não sabia ainda, mas logo em seguida viriam famílias inteiras de noruegueses para cá, para instalar a Borregaard”. Foi preciso providenciar moradias, escolas, áreas de lazer e toda a infraestrutura necessária para receber as 37 famílias que se deslocariam da Escandinávia para Guaíba, a fim de preparar a fábrica para entrar em funcionamento. Segundo o depoimento de Åsa Dahlström Heuser, imigrante finlandesa que veio para o Brasil com a família por seu pai ser engenheiro químico contratado pela Borregaard, as famílias vieram em 1970.

No quarto capítulo serão aprofundadas as questões específicas relativas à imigração temporária, mas para contextualizar o tamanho do empreendimento é importante demonstrar que esse deslocamento de famílias teve que ser considerado no projeto de construção da fábrica, já que uma pequena vila precisou ser construída próxima à estrutura fabril para abrigar esses trabalhadores enquanto estivessem no Brasil.

²⁷ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Criado durante o segundo governo Vargas como uma autarquia federal, tendo autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sendo depois repassado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, por força do Decreto n. 60.900, de 26 de junho de 1967. Foi modificado pela Lei n. 5.662, de 21 de junho de 1971, transformando-o em empresa pública, de personalidade jurídica de direito privado, com seu patrimônio próprio (art. 1º), permanecendo vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Figura 17 - Inauguração da fábrica em 16 de março de 1972



Fonte: <http://www.celuloseriogrاندense.com.br/exposicao40anos/>

A Borregaard inaugurou no dia 16 de março de 1972, com uma capacidade de produção de 500 toneladas de celulose de fibra curta por dia, conforme Hilgemberge e Bacha (2001). Slongo (1990) também informa que a fábrica começou a operar com potencial de produzir até 190 mil toneladas de celulose marrom por ano, o que equivalia a um faturamento de 22 milhões de dólares e emprego para 2.500 pessoas. Segundo o autor, o investimento inicial foi de 76 milhões de dólares, e como demonstra o Decreto Federal n.º 60.803²⁸, foi considerado de alto interesse para economia brasileira.

Um artigo publicado em uma edição brasileira do Le Mond esclarece sobre a divisão acionária da Borregaard:

A Borregaard é inegavelmente um grande investimento capaz de beneficiar a economia do Estado e criar inúmeros empregos (700 pessoas no setor administrativo e individual e mais de 2 mil no setor florestal). Seu maior acionista é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul que detém 43% dos 76 milhões de dólares investidos. O restante do capital está dividido entre grandes e pequenos acionistas estrangeiros: Aktieselskabet Borregaard, da Noruega, 32%; Adela Investment Company, 8%; Aktiesel Borgestad, 3%; Christiana Bank, 3%; Den Norske Creditbank, 3%; Hambros Bank Ltda., 1,5%, e outros menores, 1,5%. Além do BRDE há outro

²⁸ Decreto n. 60.803, de 2 de junho de 1967. Considera de alto interesse nacional a produção de celulose para exportação. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 83, inciso II, da Constituição Federal, DECRETA: Art. 1º. Para efeito do que dispõem os Arts. 37 e 38 da Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962, é considerado de alto interesse para a economia nacional o projeto da Indústria de Celulose Borregaard Ltda., que visa a produção de celulose destinada à exportação. Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

investidor nacional, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, com 3% das ações. (LE MOND, 1973)

Figura 18 - Descarga de lenha na caldeira



Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

Slongo (1990) afirma que a planta da Borregaard em Guaíba tinha o propósito de suprir a planta principal na Noruega, ou seja, no Brasil era feito apenas o semiprocessamento de celulose. A fábrica brasileira não tinha acesso à tecnologia que havia sido implantada pelos engenheiros escandinavos, o foco era apenas no processo.

Segundo o Dr. Aldo Sani, Diretor Superintendente da empresa e que acompanhou a sua implantação e mais tarde liderou o processo de modernização da fábrica, os noruegueses enviaram para o Brasil uma caixa preta e, para fazê-la funcionar, alimentavam-na, sistematicamente, com receitas que deviam ser rigorosamente seguidas pela unidade de Guaíba. (SLONGO, 1990, p. 76)

Frank Woodhead (2013, p. 8) confirma o argumento apresentado por Slongo, quando fala sobre a situação da empresa depois de iniciadas suas atividades:

Uma empresa norueguesa cuja uma parte estava aqui e outra parte na Noruega; o branqueamento em si era feito na Noruega, então era uma industrialização parcial, como se tu fizesse metade do 'carro', o resto era feito lá. [...] Branqueavam e ela era exportada pra Europa ou pra outros países, na verdade eles usavam o Brasil como fornecedor de matéria-prima semi-industrializada, vamos dizer assim. Hoje se exporta *chips* de madeira que vai para uma fábrica no Japão e lá ele é processado, é feita a celulose, que nada mais é que a árvore cortada, chipada, cozinhado; daí sai o

primeiro processo de celulose, depois ele é branqueado para que ele tenha textura. (WOODHEAD, 2013, p. 8)

Vale salientar que a inauguração da fábrica foi muito festejada; o churrasco de inauguração teve mais de mil convidados, o então ministro da Indústria e Comércio Marcos Vinícius Pratini de Moraes fez o principal discurso, na manhã de 16 de março de 1972. Industriais, empresários e embaixadores da Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega estavam presentes, e segundo publicado no jornal do Rio de Janeiro, “Opinião”, o diretor da empresa norueguesa, O. C. Muller, também estava presente na cerimônia. O governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches ressaltou que a empresa seria um símbolo “da confiança do governo e empresários da Noruega na capacidade do Rio Grande do Sul” (OPINIÃO, 2 set. 1974, f. 14). Nesse mesmo dia, o embaixador norueguês Thorleif Lintrup Paus agraciou com a Ordem de Santo Olavo²⁹ seis cidadãos brasileiros pelos seus préstimos no processo de realização do empreendimento: os ministros Pratini de Moraes e João Paulo dos Reis Veloso, o governador Triches e o presidente do BNDE Marcos Vianna foram condecorados com o grau de grande oficial, enquanto o prefeito de Guaíba e o presidente da indústria no Brasil receberam a ordem de comendador.

Figura 19 - Cruz da Ordem de Santo Olavo



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_de_Santo_Olavo#/media/File:Cross_Norwegian_Order_of_St._Olav.JPG

²⁹ A Real Ordem Norueguesa de Santo Olavo (em norueguês: Den Kongelige Norske St. Olavs Orden) é a mais alta ordem de cavalaria da Noruega, estabelecida por Óscar I em 21 de agosto de 1847.

3 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO

Neste capítulo serão abordados os aspectos relativos ao momento político social e econômico do Brasil e da Noruega, quando da vinda da Borregaard para o Brasil. Optou-se por contextualizar a cidade de Porto Alegre, e não Guaíba, visto que a segunda é uma cidade da região metropolitana e de certo modo sujeita à esfera de influência de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul; separadas pelo Rio Guaíba, as cidades estão a uma distância de 32 km uma da outra. Além disso, considerou-se que as questões que influenciaram a posterior desistência da empresa em levar adiante suas atividades no Brasil se desenrolaram em Porto Alegre e não em Guaíba.

Entende-se como relevante essa análise contextual, a fim de tentar esclarecer alguns pontos levantados em outros trabalhos sobre as motivações da empresa em se instalar no Brasil, atentando para o fato de que muitos estudos que abordam a Borregaard o fazem sob a perspectiva ecológica/ambiental. Terá sido apenas para poder poluir à vontade e impunemente, como muito foi alegado na época das polêmicas ambientais? Segundo afirma a jornalista Liliam Dreyer³⁰, em seu artigo:

O discurso desenvolvimentista da época chegava ao ponto de fazer com que ministros de Estado brasileiros, ao convidar investidores, proclamassem: 'venham poluir aqui'. Os noruegueses da Borregaard levaram o convite tão ao pé da letra que não destinaram um único centavo a equipamentos antipoluição. (DREYER)

Com o objetivo de responder a este e outros questionamentos, serão tratados além dos contextos de Brasil e Noruega, também a indústria de celulose no mundo na altura da instalação da fábrica em solo gaúcho.

Conforme Freitas Filho (1989) alega em seu artigo "História econômica e história de empresa: algumas reflexões metodológicas", existem diferentes tendências metodológicas para o estudo da história de empresas no Brasil, e neste caso a que será observada neste trabalho é a seguinte:

[...] a que aborda a História de Empresa propriamente dita, configurando o estudo de casos e a sua relação com o contexto socioeconômico, procurando desvendar as estratégias dos empresários, questionando e relativizando visões já consagradas pela historiografia em relação a temas como: as origens da indústria no Brasil; o papel dos empresários; e a ação

³⁰ <http://poavive.files.wordpress.com/2011/04/borregaard-liliam-dreyer.pdf>

do Estado no processo de industrialização do País. (FREITAS FILHO, 1989, p. 173)

Reforçando a importância da análise contextual para o estudo da História Empresarial, Eulália Lobo cita Ciro Framarion Cardoso sobre a questão:

Seria preciso reformular o conceito de empresa e sua utilização em história. Tomado genericamente, tal conceito refere-se a uma unidade de produção, *locus* institucional de combinação de fatores de produção numa sociedade determinada. A unidade de produção deverá ser analisada estudando a estrutura social em que se insere e, afirma o mesmo autor, é necessário considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade e sua estrutura social como único modo de evitar uma generalização da racionalidade capitalista. (CARDOSO apud LOBO, 1997, p. 319)

No item seguinte, passa-se a analisar o contexto norueguês.

3.1 NORUEGUÊS

Segundo Furre (2006), em 1905, quinze anos depois da abertura da fábrica em Sarpsborg, a Noruega contava com cerca de 2,25 milhões de habitantes, dos quais dois terços viviam na zona rural. Basicamente, o país nesse período ainda era uma sociedade pré-industrial, embora a indústria já estivesse estabelecida há anos e empregasse cada vez mais mão de obra.

O fundamento de um país moderno e industrializado foi construído no período entre a dissolução da União com a Suécia, em 1905, e a Primeira Guerra Mundial. A chegada da moderna indústria manufatureira e de processos representou a principal novidade, com seu alto consumo de energia elétrica e aplicação de novas tecnologias eletroquímicas e eletrometalúrgicas. Não tardou muito para que o peso da indústria [...] no PIB superasse o da agricultura e da pesca. A indústria tornou-se o principal setor da economia. (FURRE, 2006, p. 53)

O autor chama atenção para o fato de o país ainda ser considerado “agrário” nesse período, já que, apesar do rápido progresso industrial, a principal fonte de emprego continuava sendo a agricultura. Tal situação, no entanto, não durou muito, visto que os recursos hídricos da Noruega ofereciam uma perspectiva de energia barata, o que atraiu o capital estrangeiro e tecnologia de ponta. No mesmo período, o país sofreu com o processo de migração interno e externo, os camponeses

abandonavam a zona rural rumo aos Estados Unidos ou aos polos industriais dentro da própria Noruega.

O período entre as duas guerras mundiais teve um saldo positivo para a economia norueguesa, a produção industrial da década de 1930 ficou 70% acima da produção da década anterior, o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações dobraram enquanto as importações tiveram um aumento de 60%.

Furre (2006, p. 274) define os anos 1960 como o auge do processo de industrialização da Noruega:

A internacionalização da indústria norueguesa continuou sendo o verdadeiro motor do crescimento. Houve redução dos impostos sobre produtos industrializados entre países da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC, sigla em inglês, EFTA). Os setores exportadores conquistaram maior liberdade de ação e se expandiram. Enfrentaram o dilema de concorrer com a indústria internacional ou morrer. Vários postos de trabalho desapareceram, mas muitos vingaram, e novas vagas foram criadas. Em resumo, a adaptação correu bem. A produção cresceu constante e intensamente. O comércio internacional aumentou. Foram 'anos dourados' para a indústria norueguesa.

Sobre o processo de internacionalização empresarial, Amdam (2009) traz uma boa síntese dos pressupostos básicos da teoria, afirmando que é um processo gradual, que se desenvolve em etapas:

The theory states that firms tend to internationalize gradually by developing step-by-step from producing for the domestic market to exporting through agents and sales offices before becoming multinational by establishing production units abroad.³¹

Outro ponto abordado por Amdam é acerca da distância psíquica. O autor explica que as empresas em processo de internacionalização tendem a se estabelecer primeiro em países próximos ao país de origem em termos de distância psíquica; essa, por sua vez, está relacionada ao nível de obstáculos no fluxo de informações entre os diferentes países no que tange à legislação empresarial, educação, idioma etc.

Por esta lógica, investimentos em países mais próximos psiquicamente seriam mais fáceis de administrar e teriam mais chances de sucesso, seriam ainda

³¹ Tradução livre: A teoria afirma que as empresas tendem a se internacionalizar gradualmente por meio do desenvolvimento de passo a passo de produção a partir do mercado interno para exportação através de agentes e escritórios de vendas antes de se tornar multinacional através da criação de unidades de produção no exterior.

parte do processo de aprendizado da empresa, pois conforme a empresa adquire conhecimento de mercado, consegue ampliar sua área de atuação e investir em países mais distantes psiquicamente. O autor apresenta também uma crítica a esta teoria, em que as redes de negócios³² contariam mais que a distância psíquica. A Borregaard, no entanto, parece seguir a lógica da internacionalização respeitando o conceito de distância psíquica, visto que suas primeiras tentativas foram ainda dentro da Europa; em 1893, apenas quatro anos depois de se estabelecer em Sarpsborg, a empresa abriu uma fábrica na Áustria.

Amdam (2009) compara o processo de internacionalização norueguês com o sueco e demonstra que a indústria norueguesa foi bastante ineficiente nesse aspecto quando comparada à sueca. Apesar de as primeiras tentativas de estabelecer filiais fora do país remontem ao final do século XIX, ele afirma que não foram bem sucedidas e fecharam poucos anos depois de iniciar as atividades. O autor apresenta uma tabela relacionando o número de subsidiárias das vinte e cinco maiores indústrias manufatureiras do país, no período das três décadas analisadas por ele.

Figura 20 - Tabela de empresas norueguesas com filiais estrangeiras

	1967	1977	1984
Companies with foreign subsidiaries	7	15	14

Sources: *Økonomisk litteratur: The 500 largest companies in Norway*, 1968, 1978, 1985 and Annual reports from the 25 largest manufacturing companies, 1967, 1977, 1984.

Fonte: The internationalisation process theory and the internationalisation of Norwegian firms, 1945 to 1980, Rolv Petter Amdam.

Em seu artigo, Amdam (2009) demonstra que a Noruega seguiu o padrão de investir primeiro em países com pouca distância psíquica, visto que a maior parte dos seus investimentos estrangeiros foram na Suécia, representando 24,8% de todas as subsidiárias norueguesas, seguida pelo Reino Unido com 14,4%, e na terceira posição, a Dinamarca com 12,6%. Por fim, o autor conclui que durante o período estudado, 41,9% das empresas norueguesas escolheram outros países nórdicos para abrir sua primeira unidade no exterior. Confirmando os dados trazidos por Furre, Amdam situa os anos 1960 como o período em que houve o maior número de investimentos internacionais até então registrado por parte das indústrias

³² O autor define “redes de negócios” como um conjunto de relações comerciais interligado a outros atores de negócios, fornecedores e clientes.

da Noruega, e, portanto, situa a década de 1960 como o ponto de partida para uma nova onda de industrialização que atingiu seu ponto máximo nos anos 1980.

Aprofundando-se na questão social norueguesa da década de 1960, Furre (2006, p. 275) argumenta que foi um período no qual todas as necessidades básicas da população já haviam sido supridas, e o consumo de supérfluos ganhou força. Segundo o autor, “o carro particular e a televisão invadiram a sociedade, interferindo profundamente no estilo de vida, nos investimentos públicos e na mentalidade”.

A partir dessas considerações pode-se ter uma ideia do momento social na Noruega, e como ele pode ter influenciado na decisão da Borregaard em investir no Brasil, um país longínquo física e culturalmente, mesmo nos termos da teoria da distância psíquica. Alguns anos antes, a sociedade norueguesa caracterizava-se pelo racionamento e regulamentação (FURRE, 2006), e agora o mercado ganha espaço, existe concorrência comercial e as empresas tendem a se juntar em conglomerados.

No campo político foi um tempo de renovação, a Noruega, uma monarquia constitucional com um sistema de governo democrático parlamentar, era então governada há vinte oito anos pelo mesmo partido, o *Arbeiderpartiet* (Partido dos Trabalhadores), que defendia políticas social-democratas. Depois de sucessivas crises, em 1961, nas eleições parlamentares o partido perdeu a supremacia e um novo grupo conseguiu colocar representantes no *Storting* (o parlamento norueguês) do *Sosialistisk Folkeparti* (Partido Popular Socialista).

O poder estatal na Noruega é distribuído da seguinte maneira: *Storting*, que representa o poder legislativo; o Governo, o poder executivo; e os Tribunais, o judiciário. Além dos três poderes básicos, existe ainda a administração pública que exerce forte influência na elaboração das políticas do Estado.

Em 1965 o governo sofreu grandes derrotas, quando partidos de centro-direita conquistaram 80 cadeiras no parlamento (FURRE, 2006)³³, mas a esta altura o Estado de Bem-Estar Social³⁴ estava consolidado e nem mesmo a troca de governo afetou essa situação; a administração dos partidos de centro-direita continuou a ampliação dos serviços públicos, que atingiram o auge nesse período.

³³ Ver figura 21.

³⁴ Estado de bem-estar social é uma forma de organização política e econômica em que o Estado age como agente da promoção social e organizador da economia, regulamentando toda a vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em diferentes níveis de acordo com o país em questão. Definição a partir do artigo de Joseph Schumpeter, On The Concept of Social Value, 1908.

Figura 21 - Eleições parlamentares 1945-1965, porcentagem de votos e números cadeiras obtidas

	1945		1949		1953		1957		1961		1965	
	Porcentagem	Cadeiras										
A	41,0	76	45,7	85	46,7	77	48,3	78	46,8	74	43,2	68
H	17,0	25	15,9	23	18,4	27	16,8	29	19,3	29	20,3	31
V	13,8	20	12,5	21	10,0	15	9,6	15	7,2	14	10,2	18
Sp	8,0	10	4,9	12	8,8	14	8,6	15	6,8	16	9,4	18
Krf	7,9	8	8,4	9	10,5	14	10,2	12	9,4	15	7,8	13
NKP	11,9	11	5,8		5,1	3	3,4	1	2,9		1,4	
SF									2,4	2	6,0	2
H/Krf									1,1		1,1	
Sap			0,7									
Listas eleitorais interpartidárias ¹												
H/V/Sp			2,6									
H/V							0,3					
H/Sp			2,0		0,1		2,5					
V/Sp			1,3						4,1		0,7	
V/Krf			0,3									
Outros ²	0,3						0,2		0,2		0,1	

O número total de cadeiras parlamentares foi 150

Siglas:
 A - Partido dos Trabalhadores Sp - Partido do Centro SF - Partido Popular Socialista
 H - Partido Conservador Krf - Partido Popular Cristão Sap - Partido Cívico
 V - Partido Liberal NKP - Partido Comunista

Fonte: Furre (2006, p. 297).

Na década de 1960, os municípios e o Estado estavam entre os grandes setores em expansão na Noruega, sendo responsáveis por cerca de 70 mil novos postos de trabalho. Em 1950, o total do PIB destinado ao consumo público era de aproximadamente 9%, subiu para 11% em 1960, chegando a 14% em 1970. (FURRE, 2006). A produção continuava em alta e o mercado de exportações apresentava excelentes condições para o país. Nessas condições, além dos altos salários, seguros sociais e consumo público, havia dinheiro disponível para mais investimentos.

Figura 22 - *Storting*, o parlamento norueguês



Fonte: <https://www.stortinget.no/no>

Tore Grønlie (1995, p. 399) afirma que na Noruega as cidades no interior do país se desenvolviam ao redor de centros industriais, e essa era uma maneira de conter a migração da população para os grandes centros urbanos:

*Towns developed almost from scratch around the large new heavy industry plants. From the end of the 1950s there was widespread agreement that the most important method of maintaining the population of Norway's remoter regions was through industrialization and the development of centres of growth.*³⁵

Este é um aspecto significativo, visto que um dos grandes problemas enfrentados pela Borregaard no Brasil foi em função de sua localização, uma vez que estava situada em uma área de grande volume populacional onde não haviam indústrias do mesmo porte. Pode-se inferir que essa diferença na estruturação e desenvolvimento urbano entre Brasil e Noruega não foi considerada seriamente pela empresa. A população de Porto Alegre não estava acostumada aos inconvenientes de ser vizinha de uma grande indústria, tal qual ocorria em cidades norueguesas.

³⁵ Tradução livre: Cidades desenvolviam-se quase do nada em torno das grandes novas plantas da indústria pesada. A partir do final da década de 1950 havia um acordo generalizado de que o método mais importante de manter a população das regiões mais remotas da Noruega era através da industrialização e do desenvolvimento de centros de crescimento.

O caráter de uma nação pouco expansionista em termos de políticas e investimentos internacionais é confirmado por Tore Grønlie (1995, p. 441), quando afirma que “neutralidade, isolamento e nacionalismo eram tradicionalmente fortes na Noruega. O país havia sido um internacionalista hesitante, um participante sem entusiasmo no processo de internacionalização.”

O quadro geral da Noruega nos anos 1960 quando da tomada de decisão de instalar uma planta de fábrica no Brasil era de um país industrializado, que havia alcançado altos níveis de desenvolvimento social. Politicamente, apesar do surgimento de novos partidos, era bastante estável, com foco nas políticas públicas, e o Estado detinha grande controle sobre o capital e convertia lucros em programas sociais que beneficiavam toda a população e alimentavam o desenvolvimento econômico do país.

Em determinado momento, o governo norueguês precisou expandir internacionalmente no sentido econômico e industrial, com o objetivo de manter seu modelo socioeconômico. Em meado dos anos 1960 não era mais viável manter-se focado apenas na indústria interna e começou um processo gradual de internacionalização da indústria, processo esse que foi acompanhado muito de perto pelo governo, através dos bancos estatais que davam garantias às indústrias que faziam investimentos estrangeiros.

No capítulo intitulado “Triunfo Industrial, Sociedade de Consumo e Crise Rural”, Berge Furre (2006) fala sobre como o Estado Norueguês favoreceu a indústria do país, diminuindo a carga tributária das empresas e fornecendo capital através do *Industribanken* (Banco da Indústria) e *Distriktsutbyggingsfondet* (Fundo de Desenvolvimento Regional). O governo incentivou os bancos a investirem em oferta de capital de risco, mesmo bancos privados estabeleceram parcerias com grandes empreendimentos industriais.

Apesar da prosperidade social e econômica houve críticas a esta sociedade industrial que se desenvolvia. Nas palavras de Furre (2006, p. 285):

Questionavam-se também as consequências da industrialização, os danos infligidos à natureza e o consumo de recursos escassos: a construção de usinas hidrelétricas, as cachoeiras represadas, as pastagens abandonadas, os rios e lagos poluídos, a ameaça da chuva ácida que afugentava a truta das lagoas serranas. O progresso material valeria tais perdas?

A consciência ambiental parece ter florescido na Noruega mais ou menos ao mesmo tempo que acontecia no Brasil, também por influência das ações industriais e expansão do mercado internacional; no caso norueguês no sentido de se aventurar para fora de seus territórios, enquanto no Brasil foi por ter aberto suas portas para essas indústrias em processo de internacionalização. A diferença principal se situa no fato de que na Noruega o estado de bem-estar social estava consolidado, e a internacionalização industrial seria uma maneira de mantê-lo, ao passo que no Brasil a vinda de indústrias estrangeiras trazia apenas a promessa de melhores condições de trabalho e consumo.

Tanto que a grande questão política que marcou a transição dos anos 1960 para os 1970 na Noruega foi a decisão de aderir ou não a Comunidade Econômica Europeia (CEE); de um lado, temia-se que o *Storting* perdesse poder sobre os rumos da economia norueguesa, e, por outro, corria-se o risco de o país ficar isolado economicamente. Furre (2006, p. 303) cita o papel das empresas nessa disputa, entre elas a própria Borregaard, que, juntamente com a Norsk Hydro, teria pressionado seus funcionários avisando que votar contra a CEE poderia colocar em risco seus empregos: “as organizações das indústrias e do comércio alertaram contra as consequências de ficar de fora: menor crescimento e dificuldade para as exportações.”

Por fim, o “não” venceu, pois as ameaças sobre perda de postos de trabalho não convenceram. Em uma economia estável, outros valores ganharam espaço, como qualidade de vida, preservação do meio ambiente e recursos naturais. E foi nesse clima que se discutiu a vinda da Borregaard para o Brasil.

3.2 BRASILEIRO

O Brasil na década de 1960 passou por grandes transformações políticas e econômicas; o golpe militar em 1964 transformou o país em uma ditadura, o que teve fortes implicações na realidade social brasileira. O clima de instabilidade política estava instaurado desde a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros em 1961 e embora seu vice, João Goulart, tenha assumido, o clima político era adverso. A fim de evitar uma guerra civil, João Goulart se refugiou no Uruguai e as forças militares tomaram o poder.

Figura 23 - Tanques circulam pelo Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964



Fonte: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/wp-content/uploads/2015/01/150129-Golpe.jpg>

Durante esse primeiro momento, o Brasil foi governado pelo General Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional em abril de 1964. Castelo Branco, em seu governo, estabeleceu eleições indiretas para presidente e dissolveu os partidos políticos. Em janeiro de 1967 foi imposta uma nova Constituição para o país, que confirmou e institucionalizou o regime militar e suas formas de atuação.

Em 9 de abril de 1964 foi decretado o primeiro Ato Institucional, o AI-1, que reforçava o Poder do Executivo e restringia a ação do Congresso (FAUSTO, 1995). Uma série de Atos Institucionais marcou o governo militar até a redemocratização do país em 1985. Com o AI-2, em outubro de 1965, houve a dissolução dos partidos políticos e foi instaurado um regime bipartidário; de um lado, estava a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando o governo, e de outro, um partido de

oposição permitida pelo regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (PEREIRA, 2014).

Ainda em 1964 foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e os responsáveis pelo programa foram os ministros do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. O PAEG reduziu o *déficit* do setor público, contraiu o crédito e promoveu o arrocho salarial (FAUSTO, 1995).

O PAEG alcançou seus objetivos. A combinação do corte de despesas e aumento de arrecadação diminuiu o *déficit* público anual de 4,2% do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente, e o PIB voltou a crescer, a partir de 1966. (FAUSTO, 1995, p. 472)

A figura 24 apresenta uma tabela retirada do livro de Boris Fausto (1995), na qual é possível observar a variação do PIB de 1964 a 1968, e perceber como ele teve um aumento significativo no final da década. Isso, no entanto, não implica em uma melhora na qualidade de vida da população, já que entre as medidas que possibilitaram tais resultados estava a de comprimir o salário mínimo.

Figura 24 – Variação anual da inflação e do Produto Interno Bruto, 1964-1968

Ano	Inflação Variação %	Produto Interno Bruto Variação Anual %
1964	91,9	2,9
1965	34,5	2,7
1966	38,8	3,8
1967	24,3	4,8
1968	25,4	11,2

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos (Coord.), *Que Brasil É Este?*, pp. 38 e 40.

Fonte: Fausto (1995, p. 473)

Ainda segundo Fausto (1995, p. 473), um dos fatores determinantes para o sucesso do PAEG foi o fato de o país estar sob um regime autoritário, o que teria facilitado a ação dos ministros. Conforme explana o autor, “para poder funcionar qualquer plano de estabilização dependia de sacrifícios por parte da sociedade”, o que não é fácil de ser alcançado em um sistema democrático, já que depende “de um acordo com concessões recíprocas por parte dos diferentes setores da sociedade”. Em um governo ditatorial, a classe trabalhadora não teve como resistir às medidas impostas por Campos e Bulhões.

Em 1967, o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Durante seu governo eclodiram protestos e manifestações sociais devido à crescente oposição ao regime militar. Nos estados de São Paulo e Minas gerais aconteceram greves de operários e a luta armada começou a se organizar.

Durante o governo Costa e Silva foi decretado o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o mais duro do governo militar, visto que dissolveu o Congresso Nacional, aposentou juízes, cassou mandatos e aumentou a repressão militar e policial, possibilitando que o Exército e a Polícia prendessem qualquer pessoa considerada suspeita de subversão (PEREIRA, 2014).

Figura 25 - Repressão militar durante a ditadura



Fonte: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/31-de-marco-ou-1-de-abril-qual-e-a-data-correta-do-golpe-de-1964.html>

Esse período de 1968 a 1973 também ficou conhecido como “Milagre Econômico”, visto que, nessa época, a economia do país crescia em ritmo acelerado. O PIB brasileiro crescia a uma taxa de 11,2% ao ano, chegando a 13% em 1973, enquanto isso a inflação média ficou na faixa dos 18%. Fausto (1995) alerta, no entanto, não se tratar de um milagre, porque a situação econômica

mundial era favorável, em função da disponibilidade de recursos disponíveis para investimentos. Países em desenvolvimento como o Brasil aproveitaram o momento para conseguir grandes empréstimos, elevando em muito sua dívida externa. Além dos empréstimos, a entrada de capital estrangeiro foi determinante para consolidação das políticas econômicas governistas.

Ao citar Alves (1987), Pereira (2014) explica como se estruturou a política econômica do período, a partir de um “tripé econômico” com base na aliança entre “o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital do Estado.” Nessa lógica, o Brasil teve um desenvolvimento baseado em dependência, elaborado por meio de um “espectro de mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que a acompanham e facilitam essa expansão”.

O caso da Borregaard se enquadra exatamente nesses parâmetros; é interessante observar como a gestão norueguesa da fábrica coincidiu com o período do “milagre”.

Porto Alegre a esta altura passava por um fenômeno de urbanização e transformações estruturais; os meios de comunicação não só informavam, mas também difundiam novos valores culturais e sociais e apesar do rádio ter um alcance maior, as revistas com suas fotorreportagens e uma publicidade marcante, tiveram grande importância na fixação de uma nova imagem social. Com o crescimento da capital gaúcha, a imprensa começou a representar um importante meio de divulgação da transformação da cidade, pois através das fotorreportagens as pessoas tinham noção da modificação e modernização urbana da cidade.

Algumas salas de cinema importantes da cidade foram inauguradas no final da década de 1950 e início dos anos 1960³⁶, como o cinema Presidente (1958), cinema Estrela (1955), cine Ok (1955, conhecido posteriormente como Cine Real), cinema Continente (1956), Cine Cacique (1957), a reforma do cinema Astor (1963), Vogue (1959), a remodelação do Cine Guarani (1955) etc. Em 1956 a televisão chegou oficialmente à cidade, com a inauguração da TV Piratini, canal 5, com estúdios no alto do Morro Santa Tereza – nesta época a televisão ainda era em preto e branco. A procura por jornais também cresceu nas décadas de 1950 e 1960, chegando em 1970 a cinco jornais diários na capital.

³⁶ <http://cinemasportoalegre.blogspot.com.br/2009/12/cinema-em-porto-alegre-antigo.html>

Charles Monteiro (2012) esclarece que na década de 1950, Porto Alegre já contava com 400 mil habitantes e apesar de toda a ansia em se tornar uma metrópole moderna, a cidade ainda mantinha ares provincianos. Nesta mesma época também aumentou a marginalização das populações mais pobres que só iria se intensificar nas décadas seguintes; isto se dá principalmente com o começo das remoções de moradores de determinadas regiões para outras mais distantes – um processo de “higienização” dos bairros nobres e centrais. Segundo Rosemary Brum (2014), é neste período de 1940 a 1960 que ocorre o surgimento da “favelização” em Porto Alegre.

Figura 26 - Região conhecida como Ilhota, na área central de Porto Alegre, antes da sua extinção, como parte do projeto Renascença nos anos 1970 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho)



Fonte: <https://jornaltabare.wordpress.com/2011/12/02/ilhados-na-miseria/>

Em 1958, um estudo mostrou que a zona industrial do 4º distrito, região leste de Porto Alegre, fronteira com a Ponte do Rio Guaíba (inaugurada neste mesmo ano), tinha em média 30.000 habitantes (BRUM, 2014). Em 1960, a população de Porto Alegre era de 641.173 pessoas, enquanto Guaíba comportava 21.900 habitantes, número este que em 1970 subira para 33.680 pessoas (CARRION, 1989). Este aumento populacional na cidade de Guaíba também se deu pelo surgimento da empresa norueguesa.

Como metrópole, a cidade de Porto Alegre apresentava também o aumento da marginalidade, prostíbulos e trânsito neste período. No fim dos anos 1950 destacam-se na capital o aumento de edifícios urbanos, a formação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) e a federalização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1959, Porto Alegre conheceu o seu primeiro Plano Diretor, tendo o maior crescimento edilício de sua história, alterando a morfologia urbana da cidade, segundo Helton Bello (2006). No final dos anos 1960 foi inaugurado em Porto Alegre o primeiro tronco sul de telefonia, interligando São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Figura 27 - Porto Alegre – Bonde Auxiliadora em 1957



Fonte: <http://prati.com.br/porto-alegre-bonde-auxiliadora-1957/>

A década de 1960 foi marcada principalmente pelas mudanças políticas. Houve grande mobilização da sociedade a favor e contra as mudanças geradas com a renúncia de Jânio Quadros. O Rio Grande do Sul foi um foco muito forte de resistência contra aqueles que se opunham a João Goulart ocupando a presidência. Porto Alegre serviu de palco para ações populistas, conforme aponta Charles Monteiro (2012, p. 86) ao narrar que “a cidade inteira foi mobilizada pela cadeia da legalidade através da qual Brizola convocava os gaúchos a resistirem ao golpe e lutarem pelo Estado de Direito”.

Figura 28 - Porto Alegre – Campanha da Legalidade na década de 1960 (Jornal Última Hora)



Fonte: <http://prati.com.br/porto-alegre-campanha-da-legalidade-dec1960/>

A cidade passava por um processo acelerado de metropolização; os bondes estavam sendo substituídos pelos ônibus e automóveis, que ocupavam cada vez mais espaço nas ruas da cidade. Em virtude do crescimento populacional, a cidade se expandiu para as áreas periféricas, o que causou uma complexa estruturação social. Neste período iniciou-se a construção do anel viário circundando a área central da cidade de forma a distribuir o tráfego para os bairros e desafogar o centro.

Foi preciso gerenciar os *déficits* de serviços básicos de infraestrutura, bem como pensar em transporte de massas, saneamento, energia, lazer e educação (MONTEIRO, 2012). Esse crescimento decorreu de uma emigração do campo para

a cidade somada à onda de imigração da Europa para a América, que ganhara fô lego no pós-II Guerra Mundial, arrefecendo apenas na primeira metade da década de 1970. Ainda segundo Monteiro (2012), Porto Alegre tinha 394.000 habitantes em 1950, subindo para 885.000 em 1970; o mesmo se deu com a área metropolitana, que passou de 590.000 na década de 1950 para 1.531.000 em 1970, um crescimento significativo que influenciou a economia urbana da capital gaúcha.

3.3 A INDÚSTRIA DE CELULOSE

A história da indústria de celulose está intimamente relacionada à história da indústria florestal. *Logging*³⁷ é um termo da língua inglesa para definir a exploração de madeira, sendo essa uma parte essencial na produção de celulose. Inicialmente a madeira explorada era nativa, e mais tarde, surgiram as florestas cultivadas a fim de suprir as demandas da indústria. Considerando que nem toda a exploração madeireira está vinculada à produção de papel, a celulose é apenas uma parte no grande mercado de exploração madeireira. Patrícia Marchak (1995), em seu livro “*Logging the globe*”, apresenta uma visão geral da indústria florestal no mundo, focando em seu processo de globalização e analisando a questão sob a ótica dos hemisférios norte e sul:

*The forest industry is a relatively recent arrival to the deforestation process. Until logging techniques were mechanized and there were mass-production technologies for sawing wood, the forest industry was not capable of mass destruction. Until roads were built, access to forests was restricted. Until transportation methods accommodated long-distance carrying of lumber and then of pulp, producers and remote markets were not linked on a regular basis. Until new techniques for pulping came on stream, paper was produced from non wood fibers and, much later, from a relatively small range of coniferous woods.*³⁸

³⁷ O dicionário online Cambridge define *logging* como “a atividade de corte de árvores, a fim de usar sua madeira”. Fonte: <http://dictionary.cambridge.org/>

³⁸ Tradução livre: A indústria florestal chegou relativamente cedo no processo de desmatamento. Até as técnicas de exploração serem mecanizadas e haver tecnologias de produção em massa para serrar madeira, a indústria florestal não foi capaz de destruição em massa. Até as estradas serem construídas, o acesso às florestas estava restrito. Até os métodos de transporte suportarem longas distâncias carregando madeira e, em seguida a pasta de papel, os produtores e os mercados remotos não estavam ligados em uma base regular. Até as novas técnicas para a produção de pasta entrarem em operação, o papel não era produzido a partir de fibras de madeira, muito mais tarde, de uma gama relativamente pequena de madeiras de coníferas.

Com o advento tecnológico, a capacidade de exploração da indústria florestal se expandiu, ao mesmo tempo em que se tornou mais intensa. Após a Revolução Industrial, na medida que o acesso a novas áreas florestais era facilitado, o método de extração era transformado pelo novo maquinário disponível, tornando possível a exploração em grande escala e abrindo as portas para novas possibilidades de mercado a partir da extração de madeira.

No final do século XIX e princípio do século XX, os territórios mais ao norte do globo iniciaram o que hoje se convencionou chamar de indústria florestal, com extração de madeira em larga escala, e um grande volume de produção industrial. Essas atividades inicialmente se concentraram nas zonas temperadas, onde estavam as florestas de coníferas, chamadas de *softwood*³⁹ (MARCHAK, 1995). Já nesse período a produção de celulose foi responsável por alimentar a indústria florestal, sobretudo na Rússia e Escandinávia, depois no resto da Europa e na América do Norte.

Conforme informado por Marchak (1995), os produtores eram do norte, e por isso também representavam a maioria dos compradores, mesmo quando a indústria começou a explorar as florestas no hemisfério sul. Segundo a autora, “a indústria florestal se tornou o sustentáculo das economias nacionais na Suécia, Finlândia e Canadá, e igualmente importante para as economias locais em várias regiões dos Estados Unidos e da Europa ocidental.” O Japão era outro país que possuía um grande potencial em termos de recursos naturais, e suas florestas temperadas começaram a ser exploradas com fins industriais no final do século XIX. Em função da Segunda Guerra Mundial, seu mercado acabou ficando restrito ao consumo interno logo após o conflito. Mais tarde, empresas japonesas se tornariam investidores ativos nesta nova indústria global, inovando na busca por soluções com o intuito de suprir as necessidades do seu próprio mercado doméstico.

Também determinantes para o desenvolvimento da indústria de celulose foram as descobertas químicas, que possibilitaram a utilização da celulose extraída da madeira na fabricação de papel. A fórmula química da celulose foi determinada pelo químico francês Anselme Payen; Kellner, um dos fundadores da Borregaard, foi

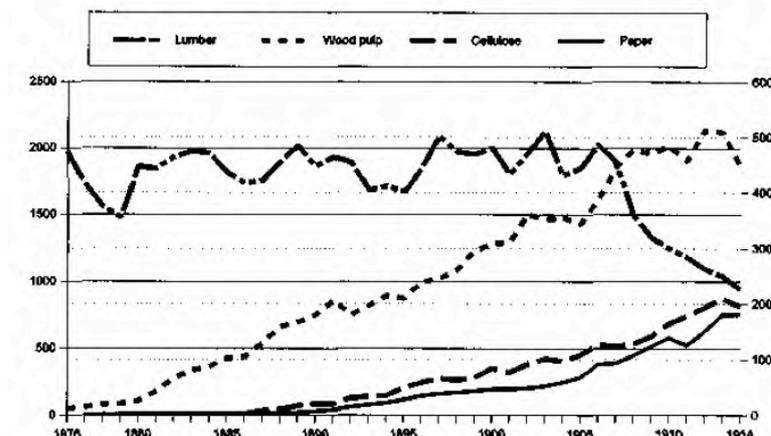
³⁹ *Softwood pulp*: celulose de fibra longa, produzido a partir de árvores nativas das florestas temperadas do hemisfério norte. *Hardwood pulp*: celulose de fibra curta, produzida sobretudo a partir do eucalipto.

um químico e criou uma empresa apenas para gerenciar suas patentes, a Castner Kellner Alkali Co.

Focando especificamente na indústria florestal norueguesa, Edgar Hovland (1995) oferece um panorama, em que, segundo o autor, o pico das exportações de madeira ocorreu em 1873, situando-se entre 1,5 e 2 milhões de metros cúbicos por ano, e em 1914 girava em torno de um milhão de metros cúbicos. O consumo interno, no entanto, aumentou, os processos de industrialização que transformavam madeira em polpa de papel possibilitaram o crescimento das exportações. A princípio, moinhos eram utilizados para processar a madeira em polpa, mas tal processo permitia apenas a produção de papel grosseiro, de qualidade inferior. A produção a partir de processos químicos, como o sulfito, possibilitou a produção de papel de alta qualidade, e com essa nova tecnologia os preços caíram e o consumo aumentou.

Os estoques de madeira que se concentravam nas áreas dos rios Drammen e Skin, antes usados para produção de tábuas e ripas, diminuiu, dando lugar às novas indústrias de celulose, que aproveitavam a matéria-prima disponível e a água dos rios. A transição das serrarias para o processo de moagem, contudo, não foi assim tão fácil, apesar da tecnologia ser relativamente simples e barata. Em 1880, a polpa de madeira norueguesa dominava o mercado internacional, experimentos químicos para produção haviam iniciado ainda em 1870, muitas fábricas foram construídas na década seguinte, mas grande parte teve problemas e sofreu com a baixa rentabilidade.

Figura 29 - A exportação de madeira serrada (em 1.000 metros cúbicos), polpa de madeira, celulose e papel (em 1.000 toneladas) 1876-1914



Fonte: Norway: a history from the vikings to our own times, Scandinavian University Press (Universitetsforlaget AS), Oslo 1995, p. 281

Durante a década de 1960, o setor florestal da Noruega foi automatizado, passando por um processo de racionalização na sua produção. Nas palavras de Furre (2006, p. 279):

Por volta de 1960, a motosserra invadiu as florestas, e, em pouco tempo, o processo de descascamento e preparação das toras mecanizou-se. Nas maiores propriedades, o trabalho passou a ser feito por avançadas máquinas de corte. Milhares de quilômetros de estradas de terra, que abriram o terreno para a mecanização, e técnicas como o corte raso transformaram a paisagem. As matas despovoaram-se.

Figura 30 - Floresta de coníferas em Sarpsborg, 1924. Autoria desconhecida.



Fonte: <http://digitaltmuseum.no/>

A questão do cultivo para exploração foi um ponto crítico, visto que no hemisfério norte as espécies de coníferas cultivadas levavam um longo tempo para atingir a maturidade, conforme citado por Slongo (1990). O que ocorria é que o ciclo de crescimento da matéria-prima podia ultrapassar o tempo de vida dos investidores e, portanto, não parecia comercialmente viável. A solução para essa questão foi respondida no Brasil, quando ainda nos anos 1950, Leon Feffer, proprietário da Cia. Suzano de Papel e Celulose, começou a investir no uso de fibras curtas de eucalipto na produção de papel. Inicialmente, o papel da Suzano era produzido a partir da mistura de polpa de fibra curta, então produzida no Brasil, com a polpa de fibra

longa, importada, mas as pesquisas do químico Benjamim Solitrenick, na Universidade da Flórida nos Estados Unidos possibilitaram o uso exclusivo de polpa de fibra curta na fabricação de papel.⁴⁰ Hilgemberge e Bacha (2001) afirmam que “em 1961 foi produzido no Brasil, pela primeira vez no mundo, o primeiro papel feito integralmente com celulose de fibra curta”; em seu artigo intitulado “A evolução da indústria sul-americana de celulose e papel: foco no Brasil, Chile e Uruguai”, Maria Barbosa Lima-Toivanen (2013) informa que:

Um exemplo digno de nota foi o da Indústria de Papel Leon Feffer S.A. (atualmente Cia. Suzano de Papel e Celulose), que deu início a suas pesquisas em 1954, a fim de aprimorar o processo de produção com a utilização de 100% celulose de eucalipto. Em 1957 produziram, pela primeira vez, 120 toneladas diárias de celulose de fibra curta em escala industrial. Não obstante, a produção era superior à demanda, e a empresa adquiriu outra fábrica para consumir sua celulose. Tal procedimento serviu de estímulo a outras empresas, como Papel Simão e Champion Celulose e Papel S.A., que transformaram o eucalipto na principal matéria-prima na fabricação brasileira de papel.

Essas novas perspectivas no mercado nacional parecem ter influenciado o BNDE a investir mais no setor, uma vez que até então a celulose não estava entre as áreas prioritárias, como “o setor de transportes, e a geração de energia elétrica”. O primeiro movimento que demonstra o interesse do Banco na Indústria de Celulose acontece com a aprovação de uma concessão de financiamento à Celulose e Papel Fluminense S.A. ainda em 1955 (HILGEMBERGE; BACHA, 2001).

Num contexto global, o Brasil era visto como um mercado promissor; o hemisfério sul, de modo geral, era o lugar das novas plantações. Essa visão do Brasil como sendo o lugar do futuro na silvicultura⁴¹ está relacionada, sobretudo, à grande disponibilidade de terras para cultivo:

Brazil may well be the ‘forest giant’ of the twenty-first century. It has the land base, the labour force, eager governments, and local investors. A director of the major Spanish company CEASA claims that the entire pulp requirements

⁴⁰ Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo em 13 de janeiro de 2007. Acessado em <http://www.agrisustentavel.com/floresta/noticia/celulose.html>

⁴¹ O Instituto de Pesquisas Florestais define silvicultura como: A Silvicultura se ocupa das atividades ligadas ao cultivo das árvores. Ela tem sido tradicionalmente aplicada como um dos mais importantes instrumentos para a obtenção de matéria-prima destinada ao atendimento de diversas demandas, que vão do pequeno agricultor à grande indústria de base florestal. Tem se tornado também importante instrumento a contemplar as práticas de reflorestamento destinadas ao atendimento de diversas demandas ecológicas e ambientais. Fonte: <http://www.ipef.br/silvicultura/>

of the world could be met by fast-growing pulpwood species on just 3 per cent of Brazil's land area. (MARCHAK, 1995, p. 6)⁴²

Figura 31 - Trabalhadores no antigo viveiro da Borregaard



Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

Além dos custos de produção mais baixos, as leis e custos trabalhistas nos países sul americanos são consideravelmente menores quando comparados aos países no norte da Europa. Fatores ambientais também são considerados uma vez que plantações de eucalipto ou de acácia, não são apenas mais baratos, mas também é possível extrair um volume maior de polpa, e a área de terra necessária para o cultivo também é reduzida. Sendo assim, o cultivo dessas espécies “era reivindicado como ecologicamente mais eficientes” (MARCHAK, 1995, p.8) em comparação aos cultivos tradicionais das florestas do Hemisfério Norte.

⁴² Tradução livre: O Brasil pode ser o “gigante florestal” do século XXI. O país tem a base da terra, a força de trabalho, governos ansiosos, e investidores locais. O administrador de uma grande empresa espanhola CEASA afirma que todas as exigências de celulose do mundo poderiam ser satisfeitas pelas espécies de madeira para celulose de crescimento rápido, e em apenas três por cento da área terrestre do Brasil.

Figura 32 - Descasque manual de eucalipto no Brasil



Fonte: <http://www.celuloseriogrاندense.com.br/exposicao40anos>

4 DESDOBRAMENTOS

Nessa parte do trabalho serão analisados os aspectos posteriores à decisão da empresa de estabelecer uma fábrica no Rio Grande do Sul. No que tange à imigração serão tratadas as questões que envolveram deslocamento de trabalhadores da Escandinávia para o Sul do Brasil, a fim de colocar em funcionamento a planta da Borregaard em Guaíba. A imprensa gaúcha teve um papel importante na derrocada da empresa norueguesa e suas atividades no Brasil, e, portanto, será um dos pontos abordados nesse capítulo. Questões relativas aos desdobramentos políticos e sociais também serão tratadas, visto que a vinda e posterior passagem da empresa para as mãos do governo do Estado tiveram consequências como alterações de leis e o advento do movimento ambientalista gaúcho.

4.1 OS IMIGRANTES TEMPORÁRIOS E OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES

A questão da imigração no contexto da instalação da Borregaard no Brasil será abordada a partir da metodologia da História Oral. Considerando que foi um processo temporário, não há muitos registros oficiais sobre a vinda dessas famílias para Guaíba no início da década de 1970. Embora a imigração seja identificada como um fenômeno das massas por Núncia Santoro de Constantino (2006, p. 65), ela também informa que “é em primeiro lugar, um deslocamento de diferentes pessoas em diferentes tempos e espaços, qualificados em muitos sentidos, isto é, social, econômica, política e culturalmente”. Nesse sentido, é exatamente o que ocorreu com os trabalhadores da Borregaard: um grupo de pessoas vindo de uma região muito distante, com língua, cultura e hábitos totalmente diversos chegou à cidade, e ainda que sua estada tivesse um tempo determinado, a presença dessas pessoas gerou um impacto na sociedade local.

Para tanto, serão trabalhados os depoimentos orais de Åsa Dahlström Heuser e Frank Cranston Woodhead⁴³. Sobre a validade destes documentos pode-se argumentar que uma vez que a memória é socialmente construída, toda

⁴³ HEUSER, Åsa Dahlström. **Transcrição do depoimento oral**. Guaíba, 11 abril. 2012. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS. WOODHEAD, Frank Cranston. *Transcrição do depoimento oral*. Porto Alegre, 01 de outubro. 2013. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS.

documentação também o é (POLLAK, 1992), logo a depoente apresenta a sua história de acordo com a construção de sua própria memória. Marieta de Moraes Ferreira (1998, p. 7) afirma que:

Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os tortuosos meandros dos processos decisórios. Muitas decisões são tomadas através da comunicação oral, das articulações pessoais; [...] Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia.

Åsa é finlandesa e emigrou para o Brasil aos 13 anos em 1970, quando seu pai, engenheiro químico, recebeu uma proposta de trabalho por parte da Borregaard que se preparava para colocar a nova fábrica em funcionamento no sul do país. Conforme descrito por Åsa em seu depoimento, sua família, apesar de também vir da Escandinávia, destoava um pouco das outras famílias de trabalhadores noruegueses e suecos contratados pela empresa. Embora não houvesse dificuldades financeiras, a depoente descreve que seu pai estava frustrado com a carreira na Finlândia; por ser de origem sueca e não falar finlandês, sua carreira estava estagnada em função do “preconceito linguístico”⁴⁴ e eles vieram com a intenção de ficar no Brasil (HEUSER, 2012).

Foi assim, uma firma norueguesa que estava procurando gente para trabalhar aqui no Brasil, no projeto dessa fábrica, para montar e fazer funcionar a fábrica aqui no sul do Brasil. Então, ele aproveitou a oportunidade que ofereceram, porque ele chegou à conclusão que era o único jeito de ele progredir na carreira, então daí por isso que a gente veio. E a maioria do pessoal que veio era da Noruega, veio gente da Suécia, de vários lugares, alemães também acho que vieram, a maioria veio para ficar dois anos e voltar. E inclusive a oferta que o meu pai tinha era de que ele tinha que ficar dois anos aqui e depois eles dariam para ele um emprego na Noruega. Então nos poderíamos ter voltado para a Noruega, mas então meu pai decidiu ficar, e ele trabalhou aqui quase três anos, quando então ele decidiu aceitar um outro emprego na Bahia, para montar uma outra fábrica, que no fim das contas nada daquilo nunca saiu do papel, não deu muito certo. Acabou que ele foi morar em São Paulo, onde ele conseguiu emprego por uma firma finlandesa, ele trabalhou como terceirizado pra Klabin na época. (HEUSER, 2012, p. 3).

Já Frank Edward Cranston Woodhead é filho de Peter Cranston-Woodhead, primeiro diretor da Borregaard e cônsul honorário da Noruega em Porto Alegre. Frank sucedeu seu pai na função de cônsul norueguês, e relata em seu depoimento as suas memórias de como se deu esse processo: “meu pai (quando nomeado

⁴⁴ O sueco embora também seja considerado uma língua oficial na Finlândia, é falado por uma minoria, sendo a língua materna de 6% da população finlandesa.

consul) não sabia ainda, mas logo em seguida viriam famílias inteiras de noruegueses para cá, para instalar a Borregaard”, e prossegue: “na verdade o consulado iniciou por esse aspecto, foi pela necessidade imperiosa de ter um consulado onde tem famílias norueguesas.”

Figura 33 - Vista da vila residencial



Fonte: <http://www.celuloseriogrاندense.com.br/exposicao40anos/>

Conforme informado por Frank (2013, p. 2), foi realmente construída uma espécie de vila próxima à fábrica para abrigar as quase 40 famílias que se deslocaram para Guaíba. “Então, para ver a importância desse aspecto social para essas indústrias... tanto é que eles construíram um bairro residencial, porque Guaíba tinha muita pouca coisa”. Ása conta um pouco sobre essa vila e a decisão da sua família de não morar lá:

Ela (mãe de Ása) não quis morar naquela vila que eles fizeram especialmente para abrigar os noruegueses, nós podíamos ter morado lá, mas ela queria se misturar com os brasileiros, então a gente ficou morando mais no meio, num bairro onde tivesse brasileiros. Mas a gente se encontrava nas casas uns dos outros (noruegueses) ou no clube. (HEUSER, 2012, p. 6)

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à estrutura dessas famílias, no caso dos Dahlströms, o núcleo familiar era composto por sete pessoas, quais sejam:

Åsa, três irmãs e um irmão, seu pai e sua mãe. Segundo Peter conta em seu livro, foram ao todo 37 famílias que vieram, e sobre a adaptação, Åsa relata:

Naquele tempo, nessa escola que eu mostrei pra vocês, o diretor era um belga e ele falava inglês... não me lembro mais o nome dele agora [risos], faz tanto tempo! Então ele nos recebeu, não só nós, como vários filhos de noruegueses, todos eles começaram a frequentar justamente essa escola, e ele então orientava os alunos que falavam português a ensinar português pra nós, então ele foi bem legal assim, de orientar os outros alunos a nos ajudar a aprender a língua. Então eu me lembro que eu ia para a escola e eu tinha um dicionáriozinho bem precário de português-sueco, e às vezes dava problema porque os termos eram de português de Portugal e aí o pessoal não entendia. A maioria absoluta não falava inglês, o inglês era extremamente precário, ninguém falava. (HEUSER, 2012, p. 3)

Figura 34 - A família Dahlström pouco antes da vinda ao Brasil, Åsa é a primeira da esquerda para a direita



Fonte: Laboratório de História Oral da PUCRS.

Sobre os espaços de sociabilidade compreende-se que esses deslocamentos de pessoas se caracterizam pelas relações sociais entre os imigrantes e os locais; como “espaços de sociabilidade” entende-se, conforme descrito por Simmel (1986 *apud* CONEDERA, 2012, p. 208), as ações sociais que têm lugar entre os homens, ações recíprocas ou que dispõem da “possibilidade de convivência”.

Åsa apresenta um panorama desses espaços em sua narrativa quando fala sobre o clube que a Borregaard mantinha para os funcionários estrangeiros:

O clube foi feito especialmente para os noruegueses, eu lembro que tinham cavalos, tinha restaurante, refeitório, tinha quadra de futebol, tinha uma série de coisas. A gente frequentava, mas eu não frequentava tanto na

verdade. Eu acho que me enturmei mais mesmo com o pessoal... os brasileiros... Eu participava bastante, a gente ia... eu falei antes que tinha o clube aqui a SAFE⁴⁵, a gente ia lá, participava dos almoços e bailes. E eu me lembro que o meu aniversário de 14 anos foi feito nesse clube, foi comemorado, celebrado nesse clube... meu aniversário de 14 anos! (HEUSER, 2012, p. 6)

Frank também aborda aspectos da sociabilidade dos imigrantes, salientando que embora houvesse dificuldades linguísticas, eles tentavam se adaptar socialmente recorrendo a Porto Alegre.

É difícil falar hoje, porque estamos nos referindo há 40 anos atrás, Guaíba não tinha nada [...], então o que acontecia, eles saíam de camionete, todas as senhoras (norueguesas) e iam fazer compras coletivas em Porto Alegre, elas iam para o supermercado porque em Guaíba não se conseguia nada. Então fora o choque cultural, e linguístico, eles se isolaram um pouco lá, mas procuravam dentro do possível interagir, eles iam para o cinema, iam para o teatro, mas tudo nessa base, moravam lá e pegavam um micro-ônibus e iam para Porto Alegre. (WOODHEAD, 2013, p. 9)

Figura 35 - Mãe da Åsa, Iris, na praia da Vila Elza em Guaíba, 1970



Fonte: acervo pessoal

Acerca de quem eram essas pessoas que participaram desse trânsito entre Noruega e Brasil, Frank confirma a versão de Åsa, explicando que não foram apenas noruegueses que vieram trabalhar na instalação da fábrica:

⁴⁵ Sociedade Amigos dos Balneários Florida e Vila Elza em Guaíba.

Foram todos especialistas e engenheiros na construção da fábrica, na verdade, eu acho, tenho quase certeza, eles trouxeram uma empresa chamada Jacopane. É uma especialista em indústria de celulose, que faz os projetos, e todos eles eram escandinavos, mas não eram só noruegueses, suecos e finlandeses também. A Jacopane é uma empresa finlandesa. Então, houve muita transferência de *know how*, na verdade de como fazer, de como montar, porque não havia nada parecido na época, nem no Brasil, aqui no Rio Grande do Sul muito menos. (WOODHEAD, 2013, p. 9)

Sobre o retorno dessas famílias, Frank informa que se deu de forma gradual, em um período de dois a três anos depois de sua chegada e Åsa confirma que realmente a maioria deles retornou à Escandinávia, no entanto sua família permaneceu. Enquanto parte da família rumou para São Paulo, Åsa continuou no sul, hoje reside em Guaíba e é professora de língua sueca, chegou a dar aulas no Instituto Brasileiro Escandinavo de Intercâmbio Cultural (IBEIC), que funcionava em Porto Alegre e hoje está inativo:

Então essas famílias vieram pelo menos durante a construção, depois durante a operação havia um diretor superintendente chamado Yngve, que na verdade tocava o empreendimento que era de origem norueguesa, mas ele veio de São Paulo. E aí as famílias foram saindo, foram voltando pra Noruega para a Borregaard lá. ((HEUSER, 2012, p. 9)

Outros aspectos dizem respeito à interação da empresa com a comunidade local. A Borregaard organizou uma banda marcial dos seus funcionários, havia times e campeonatos esportivos, além dos inúmeros cursos de formação que eram oferecidos aos empregados em parceria com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em comunidades virtuais hoje, mantidas em redes sociais como o Facebook⁴⁶, sobre a memória e história de Guaíba, os moradores da cidade compartilham muitas fotos que fazem referência à fábrica, sempre acompanhadas de saudosismo e discussões acaloradas, demonstrando que a Borregaard ainda tem forte presença na memória e no imaginário da cidade.

⁴⁶ Grupo na rede social Facebook intitulado “História de Guaíba”: <https://www.facebook.com/groups/141716009496748/?fref=ts>

Figura 36 – Centro de formação profissional SENAI



Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

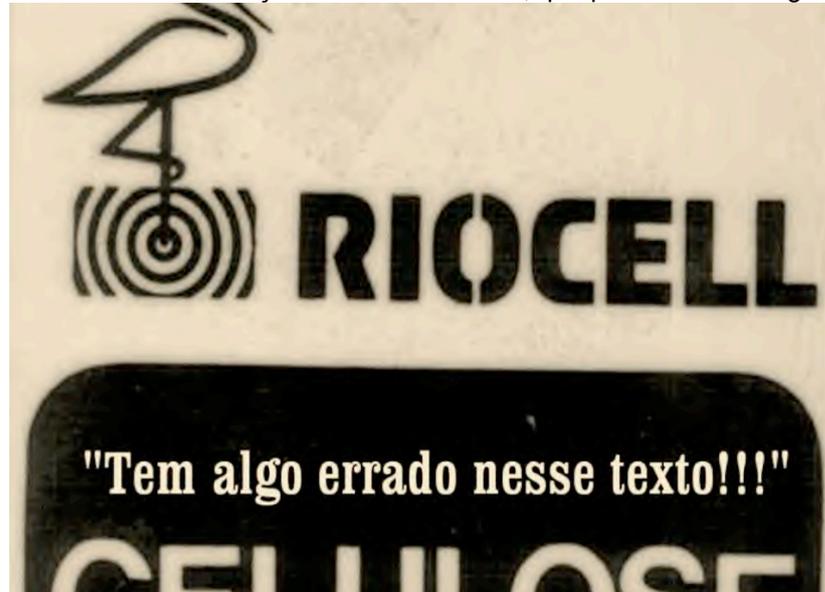
Figura 37 - Banda Borregaard em Guaíba



Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

A figura 38 foi retirada de uma montagem em vídeo armazenada na plataforma YouTube⁴⁷, intitulada “Fotos antigas dos funcionários da Borregaard-Guaíba”, uma espécie de homenagem feita por algum ex-funcionário da empresa.

Figura 38 - Referência à mudança de nome da fábrica, que passou de Borregaard a Riocell



Fonte: YouTube (2015).

Compreende-se, então, que essa pequena imigração, ainda que temporária, foi bastante marcante no desenvolvimento tanto da fábrica, que se beneficiou da mão de obra especializada, quanto da cidade, a partir da criação de novos espaços de sociabilidade e da troca cultural proporcionada por essa vinda. Os laços que Åsa desenvolveu com Guaíba são indiciários dessa relação, que pode ser verificada nos comentários de antigos moradores quando se referem de maneira saudosa “aos churrascos no clube dos noruegueses”, ou em uma rede social na qual um norueguês filho de um funcionário relembra sua infância, “quando ele sabia falar português”.

4.2 A IMPRENSA

A Borregaard surge no contexto brasileiro em meio à ditadura militar, fruto dos interesses da empresa norueguesa em ampliar seu mercado e criar uma filial capaz de fornecer a matéria-prima necessária para sua expansão. A empresa ganha

⁴⁷ Vídeo sobre a Borregaard no YouTube, enviado em 6 de fev de 2011: https://www.youtube.com/watch?v=XpFG_MWGWcs

notoriedade na imprensa pelo fato de ter provocado uma grande reação popular em resposta aos problemas ambientais provocados pela fábrica no Brasil. Desde o início do seu funcionamento em 1972, as críticas ao mau cheiro de sua fumaça e caldeiras fizeram surgir uma imagem negativa na mídia gaúcha e, posteriormente, nacional. Tais reclamações foram expressas de diferentes formas, desde *charges* irônicas nos jornais locais, até artigos escritos por ambientalistas.

A pressão da sociedade foi tamanha, que mais tarde o governador gaúcho Euclides Triches autorizou o fechamento da empresa em 9 de dezembro de 1973, quando diversas ações foram feitas na tentativa de melhorar a qualidade do ar, reabrindo a Borregaard em 14 de março de 1974. Foram três meses de trabalhos internos com o objetivo de reverter as críticas da sociedade porto-alegrense à companhia.

Maria Cristina Silva (2002) aborda a questão da imprensa em relação à Borregaard descrevendo a situação como uma espécie de “guerra psicológica”, e de certo modo foi mesmo. Jornais como Zero Hora, Correio do Povo e Folha da Tarde exploraram exaustivamente a história da Borregaard, em um primeiro momento fazendo a cobertura do novo empreendimento, e mais tarde quando a fábrica iniciou as atividades e empestou ar com sua fumaça sulfurosa, denunciando e mobilizando a população contra ela.

Figura 39 - Nota comemorativa, publicada no Correio do Povo, na inauguração da Borregaard



Fonte: acervo Jornal Correio do Povo, 16 mar. 1972.

Breno Caldas, então proprietário da Companhia Jornalística Caldas Júnior, grupo do qual faziam parte os jornais Correio do Povo e Correio da Tarde, era um dos homens mais influentes do Estado; ele possuía um haras na zona sul de Porto Alegre, o Haras do Arado, onde criava cavalos de corrida trazidos da Europa e seus

cavalos, bem como seu haras, eram referência no turfe brasileiro⁴⁸. Acontece que o Haras do Arado ficava no bairro Belém Novo, na zona sul de Porto Alegre, e o cheiro fétido da fábrica era carregado pelo vento principalmente nessa direção. Conforme conta Giselda Castro⁴⁹, sobre os fatores que ajudaram a deslanchar o movimento ecologista:

[...] foi a Borregaard. E por quê ? Porque mexeu no bolso. Breno Caldas, que era dono da Caldas Júnior, tinha um haras. Como aquele cheiro [...] estava matando os cavalos dele (e aí entra o lucro), ele abriu a imprensa para as reivindicações ecologistas (BONES; HASSE, 2002, *apud* PRESTES, 2009).

Para Augusto Carneiro, um dos fundadores da AGAPAN⁵⁰, ao lado de José Lutzenberger, a luta contra a Borregaard foi promovida pelo Correio do Povo, porque Breno Caldas estava preocupado com a poluição do Guaíba:

Tem uma lenda aí que nós é que dirigimos a luta da Borregaard, mas não é verdade. Quem fez a luta da Borregaard foi o dono do Correio do Povo. Ele facilitava as reportagens, milhares. Nós podíamos até entrar no jornal e falar, ele fez uma campanha contra a Borregaard por causa do mau cheiro, por causa da agressão ao Guaíba. Se continuassem colocando todo o lodo lá dentro, hoje o rio Guaíba não seria mais navegável. Nós temos uma fotografia aérea da poluição dentro da água, saindo na Lagoa dos Patos. Uma fotografia aérea! Vi uma fotografia mais recente – não existe mais isso, o lodo todo é aproveitado. (URBAN, 2001, p. 73)

Independente das motivações de Breno Caldas, ele deu voz aos ambientalistas, colocando a empresa em uma situação bastante difícil perante a opinião pública. Chargistas como Sampaulo e Santiago publicaram diversas críticas na Folha da Tarde durante a década de 1970. Nelas, eles denunciavam o problema do forte cheiro da fábrica, as tentativas paliativas de resolver o problema, bem como o desejo da sociedade de que a empresa fosse embora do Estado.

⁴⁸ http://www.raialeve.com.br/conteudo/index.php?cod_cont=24489&&mes=03&&ano=2009&&cod_secao=4

⁴⁹ Uma das fundadoras da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)

⁵⁰ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

Figura 40 - Charge de Sampaolo publicada na Folha da Tarde



Fonte: http://sampaolocartunista.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html

De acordo com Slongo (1990, p. 76), a imagem negativa da empresa cresceu rapidamente:

Nesta época, ainda fortemente policiada, a imprensa encontrava no caso Borregaard um dos poucos assuntos para o qual não havia censura. Nas palavras do jornalista Ivo Stigger (Correio do Povo), 'o mau cheiro, afinal de contas, importunava civis e militares, reacionários e progressistas, ricos e pobres'.

Cada vez mais o caso Borregaard se transformava numa questão política, e a imprensa fez seu papel não cedendo a tentativas da empresa de dialogar com a população através de notas pagas nos jornais. Mesmo periódicos de fora do Rio Grande do Sul se ocupavam da história, caso do jornal carioca "Opinião", que publicava regularmente artigos sobre a situação da empresa no Rio Grande do Sul. O jornal carioca apresentava uma visão mais neutra sobre o caso, sempre questionando a participação do governo do Estado e em relação aos problemas

gerados pela fábrica. Em um artigo sobre a empresa, o *Opinião* (1974, p. 14) apontou uma das tentativas da Borregaard de usar a imprensa a seu favor:

No dia 29 de novembro do ano passado, num anúncio de página inteira em todos os jornais de Porto Alegre a Borregaard anunciava que ‘tem a satisfação de registrar que foi colocado um ponto final no único detalhe negativo da empresa: o mau cheiro’.

As charges sobre a empresa eram uma constante nos jornais gaúchos. Guazzelli dedicou um artigo⁵¹ à análise dessas publicações, que ilustram como o governo gaúcho priorizava a fábrica em detrimento das reclamações advindas da sociedade. O artista Sampaulo chegou a retratar o desejo no final da década de 1970 de que a estação espacial *Skylab* (que vagou no espaço e caiu no Oceano Pacífico) caísse sobre a fábrica com o apoio da população de Porto Alegre.

A forte campanha da imprensa levou a sociedade gaúcha a pressionar a câmara dos deputados a abrir uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), presidida pelo Deputado Augusto Trein (Arena). O deputado chegou a sugerir a denúncia do contrato e “a encampação da indústria pelo BNDE e a instalação de um processo integrado de produção de papel no próprio local” (ZERO HORA). O objetivo destas medidas era garantir que a produção em larga escala permanecesse no país e as medidas de combate à poluição fossem aplicadas. A tomada da empresa pelo governo não foi feita, mas a CPI e todas as críticas recebidas ajudaram a diminuir o poder e o interesse dos noruegueses pela companhia brasileira.

⁵¹ GUAZZELLI, Dante Guimaraens. “A imagem que cheira mal: as charges de Sampaulo e de Santiago sobre o caso Borregaard/Riocell durante a década de 70.” *História Oral*, v. 1, n 15, p. 247-253, jan-jun, 2012.

Figura 41 – Outra charge de Sampaolo



Fonte: http://sampaolocartunista.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html

No entanto, percebe-se que nem mesmo com a nacionalização da fábrica sua relação com a imprensa mudou prontamente, permanecendo ainda a imagem da Riocell associada à Borregaard, conforme demonstra Guazzelli (2012, p. 249) ao analisar uma charge de Santiago para a Folha da Tarde em julho de 1976: “apesar de o nome ter sido modificado, o que existia do outro lado do Guaíba era a velha, feia e malcheirosa Borregaard.”

Além disso, nem mesmo seu mais ferrenho opositor, Lutzenberger, escapou das críticas quando aceitou ir trabalhar para Riocell, conforme informa Pereira (2008, p. 21, citando Bones e Hasse (2002, p. 40):

Numa entrevista à revista Guia Rural, em 1989, ele explicou: ‘Dizem que eu me vendi à Riocell. Na verdade, eu tive de tirar o chapéu para eles. Mas não era para tirar? Se tu brigas dez, doze anos com alguém, dizendo que ele

deve fazer isso e aquilo, e ele faz, qual a tua atitude? Ora, tu vais lá e te abraças a ele, não é mesmo?

Figura 42 - Charge de Santiago, Folha da Tarde, julho de 1976



Fonte: Guazzelli (2012, p. 249)

Com a nacionalização da empresa, o inimigo comum se tornou propriedade do governo. Parece natural que as críticas nos jornais tenham, aos poucos, perdido força, considerando que o Brasil não possuía um governo democrático, e embora a Riocell tenha investido muito na imagem da empresa, com a intenção de mudar o quadro negativo, até os dias atuais quando algum jornal se refere à fábrica não é raro acrescentar “a antiga Borregaard”, como forma de situar o leitor. Por mais que tenha sido Riocell, Klabin, Aracruz e agora Rio Grandense Celulose, a referência continua sendo a da empresa norueguesa.

4.3 POLÍTICA

Os desdobramentos políticos relativos à empresa no Brasil foram significativos, visto que chegou a ser instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, que ficou conhecida como a CPI da Borregaard. A CPI foi pedida pelo então deputado de oposição Pedro Simon (MDB), mas acabou por ser presidida pelo partido governista, a ARENA.

Uma matéria especial de duas páginas intitulada “Entre a Noruega e o Guaíba: A história das estranhas relações entre a Aktieselskabet Borregaard e sua filial brasileira” foi publicada no jornal carioca Opinião⁵² em 2 de setembro de 1974, e traz uma visão geral da situação da empresa no Brasil. O fato de ser uma matéria de um jornal de fora do Rio Grande do Sul, que inclusive já havia publicado pequenos artigos sobre o caso, permite uma visão mais neutra em relação ao periódicos gaúchos. Segundo o Opinião (1974, p. 14):

O repúdio popular iniciou tão logo a indústria começou a funcionar, a população começou compreender o preço ser pago pela 'benéfica invasão dos descendentes dos *Vikings*': um insuportável mau cheiro, trazido pela fumaça expelida durante vinte e quatro horas do dia pelas chaminés da Borregaard.

A publicação segue contando como foi a primeira tentativa de confrontar judicialmente a empresa, e sua indiferença em relação à mídia local:

A indústria, no entanto, não parecia estar preocupada com as reclamações que começavam a chegar às redações dos jornais gaúchos. Da mesma forma, foi com a mais absoluta indiferença que a direção da Borregaard recebeu a notícia de que o advogado Francisco Talaia O'Donnel, 59 anos, conhecido defensor de causas trabalhistas, havia entrado no dia 28 de julho de 72 com uma ação cominatória contra indústria. O'Donnel solicitava à Segunda Vara Criminal de Porto Alegre, a expedição do competente mandado de citação contra Borregaard para, no prazo de 30 dias fazer cessar as emissões de gases deletérios intoleráveis à vida e à saúde, sob pena de lhe ser cominada pena correspondente à multa diária de mil cruzeiros. (OPINIÃO, 1974, p. 14)

Tal ação de fato não teve qualquer efeito, por dois erros cometidos pelo advogado: primeiro, a indústria não estava localizada em Porto Alegre, mas sim, em Guaíba, caracterizando erro de foro; e o outro detalhe que contribuiu para o processo não ser levado adiante foi o fato de O'Donnel ter escrito Borregaard com apenas um “a” (Borregard). Em seguida, o vereador João Dib (ARENA)⁵³ liberou documentos secretos da fábrica, que alegavam que a empresa soltava diariamente

⁵² Opinião foi um semanário brasileiro que circulou entre 23 de outubro de 1972 e 8 de abril de 1977. Chegou a atingir a tiragem de 38 mil exemplares semanais em seu primeiro ano, aproximando-se à tiragem da revista Veja, tamanha sua repercussão no cenário nacional. Destacou-se, ao lado dos jornais O Pasquim e Movimento, como um jornal ligado à chamada imprensa alternativa, concentrando-se na veiculação de artigos escritos por jornalistas e intelectuais de oposição ao regime militar. Disponível na Biblioteca Nacional Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Fac-símiles das 232 edições do jornal Opinião, da n° 0 (23 de outubro de 1972) à n° 231 (1977).

⁵³ Aliança Renovadora Nacional- partido do governo.

3,5 toneladas de componentes sulfurosos no ar. Nesse ponto, o Secretário da Saúde, Jair Soares, nomeou uma comissão especial com fins de investigar a poluição causada pela fábrica. Guaíba não parecia tomar parte nessas ações, conforme informa o periódico carioca:

No município de Guaíba, no entanto, o prefeito Ruy Coelho Gonçalves nunca chegou a reclamar da poluição da Borregaard: a indústria pagou, ano passado Cr\$ 49.926.00 à prefeitura a título de imposto territorial e predial, apesar de ser legalmente isenta de impostos municipais, como resultados dos incentivos fiscais que recebeu (OPINIÃO, 1974, p. 14)

Pelo lado da Borregaard recorre-se ao depoimento de Frank Woodhead (2013), que confirma a indiferença da empresa diante dos ataques midiáticos e políticos:

Os noruegueses na verdade, eles falavam inglês aqui, e poucos, lá no fim do processo de industrialização falavam português. E eles na verdade tinham pouca noção do que estava acontecendo aqui, o meu pai procurava transmitir: 'olha esse negócio literalmente está fedendo, cuidem desse assunto, não desmereçam esse assunto por que ele precisa ser tratado politicamente'; ainda mais que o Breno Caldas era uma pessoa extremamente influente no governo e na sociedade, e na medida que a Borregaard não dava resposta, não dizia o porquê das coisas, esse assunto tomou um viés político. Quando chegou a um determinado ponto o governador determinou o fechamento, e eu me lembro que na época sim já havia filtros que eles instalaram, mas eram coisas recentes. Era o início do movimento ambiental, tanto é que o Lutzenberger lutou muito, e engraçado que ele acabou sendo consultor ecológico, ambiental da própria Borregaard quando ela passou para o controle brasileiro. (WOODHEAD, 2013, p.10)

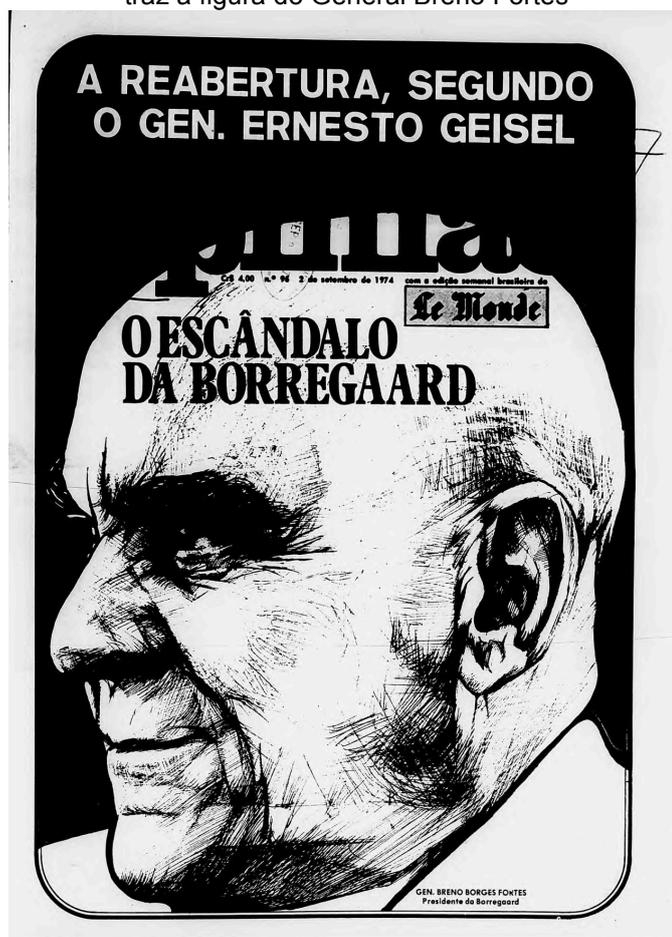
Essa interdição não tinha caráter definitivo. Conforme nota divulgada pelo governo do Estado, "a decisão não impede que a empresa possa voltar a funcionar onde se encontra ou noutra local, desde que elimine as causas que determinaram a suspensão de suas operações" (PEREIRA, 2014). Ao final de três meses, a empresa retomou as atividades e os problemas recomeçaram outra vez. O então governador Euclides Triches se encontrava diante de um dilema político, pois embora a empresa tenha sido inaugurada durante a sua gestão, as negociações para sua vinda se deram durante o governo anterior. Apesar das tentativas da empresa de convencer que os devidos reparos haviam sido feitos, os jornalistas e a população não estavam convencidos, pois o fedor emitido pela fábrica continuava intenso, e a imprensa voltou a atacar a Borregaard.

Em abril, num clima de tensão, o deputado opositor Pedro Simon (MDB) alegava que a empresa funcionava sem o alvará e pedia a formação de uma comissão para investigar o caso, mas a ARENA não demonstrou grande interesse em levar adiante uma comissão. Nesse ínterim, a indústria anunciou novo presidente escolhido pelos acionistas, o general reformado Breno Borges Fortes, ex-comandante do III Exército e ex-chefe do Estado-Maior do Exército, que “representava a empresa perante as autoridades e assuntos especiais” (OPINIÃO, 1974, p. 14).

Por fim, a CPI foi iniciada em 29 de maio e comandada pelos deputados arenistas, abrindo os trabalhos com o depoimento do secretário da saúde, Jair Soares, que basicamente demonstrou que a Borregaard não cumpria a lei e que o governo se mostrava omissos ao fiscalizar e fazer cumprir suas próprias determinações. Até mesmo o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS) foi chamado a depor. Segundo informa a matéria do jornal Opinião (1974, p. 15), em 9 de agosto o Itamaraty emitiu uma nota oficial ao governo norueguês “denunciando o contrato de vendas da Borregaard e exigindo uma renegociação do acordo.” A disputa deixou de ser apenas pela poluição, agora o patrimônio da empresa também estava em jogo, e apesar de a comissão ser formada por governistas, os problemas da empresa e o clamor da sociedade não podiam ser ignorados.

Marcos Vianna, presidente do BNDE, que era o maior acionista da empresa, alegou que todas as tensões entre o BNDE e a Borregaard AS “resultam do não reconhecimento pela Borregaard AS, norueguesa, de que a Borregaard nacional é uma empresa brasileira, financiada pelo esforço de poupança interna brasileira” (OPINIÃO, 1974, p. 15).

Figura 43 - Capa do jornal Opinião n.º 96, de 2 de setembro de 1974, traz a figura do General Breno Fortes



Fonte: bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Muito embora o BNDE fosse o maior acionista com 42,6% das ações, em função dos arranjos do contrato ficou com apenas 27,9% das ações com direito a voto, o que deixava o banco em desvantagem frente ao restante dos acionistas escandinavos. Segundo o contrato denunciado, a Borregaard brasileira teria vantagens sobre os lucros, ficando com 88% do total. No entanto, Vianna alegava que inúmeros detalhes no contrato inviabilizavam a vantagem.

O general Borges Fortes saiu em defesa da Borregaard, e no grupo que depôs a favor da empresa se encontrava o engenheiro químico Fernando Geisel, sobrinho do presidente do Brasil, Ernesto Geisel. A CPI se estendeu, com argumentos favoráveis e contrários de políticos e técnicos, mas a nacionalização já era prevista. Cabe salientar que o parâmetro para medir o nível de poluição aceitável eram as especificações técnicas aplicadas na Suécia, visto que eram consideradas as melhores do mundo. O relator da CPI deputado da ARENA, Romeu Scheibe, não se posicionou para a imprensa sobre a encampação, mas a Federação das

Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) lançou uma nota oficial em 16 de agosto condenando a possível encampação da Borregaard, argumentando que isso seria prejudicial à imagem do país no exterior.

A Borregaard, por sua vez, emitiu uma nota oficial alegando ser inocente das acusações feitas por Marcos Vianna na CPI, e declarando a disposição de negociar a venda das suas ações para o BNDE. Segundo artigo publicado na edição de 16 de setembro do jornal Opinião, sob o título de “Borregaard, ainda algumas perguntas”, o conteúdo da nota incluiria os seguintes pontos:

- 1) Não havia fundamento de que estivesse empregando o artifício do ‘subfaturamento’, já que o contrato de vendas entre a ICB – Indústria de Celulose Borregaard (brasileira) – e a Borregaard AS (norueguesa) foi retificado por notas oficiais dos governos do Brasil e da Noruega;
- 2) Informou várias vezes ao BNDE ‘que está pronta para reiniciar negociações’, mas que ainda não havia ‘recebido qualquer resposta’;
- 3) Está pronta para negociar a venda de suas ações da ICB para que o controle da empresa fique com os brasileiros;
- 4) A fábrica de celulose no Rio Grande do Sul é a ‘maior e mais avançada fábrica do Brasil, tanto em relação à produção de celulose quanto ao controle da poluição’;
- 5) A Borregaard norueguesa tem consciência da contribuição efetiva que trouxe à economia brasileira, que outro papel importante que desempenhou foi ‘a introdução de nova tecnologia, com o treinamento de técnicos de outras indústrias brasileiras e todo o trabalho que a Borregaard fez para a abertura do mercado europeu para uma nova exportação brasileira’. (OPINIÃO, 1974, p. 8)

Mais uma vez o depoimento de Frank Woodhead serve para fazer um contraponto à visão dos jornais sobre as motivações da empresa:

Os noruegueses... tem esse choque cultural entre o sistema de vida norueguês e o sistema de vida brasileiro, aqui é tudo ‘eu acho’, ‘é mais ou menos’, promete muito e não cumpre; e os noruegueses não, lá quando tu promete tu cumpre, as coisas funcionam. [...] Então esse choque cultural afastou os noruegueses, e eles não sei se por bem ou por mal, decidiram vender essa indústria, primeiro quem comprou foi o Montepio da Família Militar, que era um desses grupos de previdência privada na mão dos militares. De novo... nós estávamos na época dos militares, e eles continuaram comprando durante um longo período. A Borregaard na Noruega, mesmo já sem o controle da fábrica aqui, continuava comprando a celulose produzida aqui em Guaíba. (WOODHEAD, 2013, p. 10)

Sabe-se que, por fim, a empresa foi nacionalizada em julho de 1975 e seu controle acionário ficou com os brasileiros, no entanto durante muito tempo a Borregaard manteve relações comerciais com a empresa brasileira, agora chamada Riocell. Segundo Slongo (1990, p. 77):

Embora o controle acionário já não pertencesse aos noruegueses (ao ser nacionalizada a empresa passou primeiro ao MFM, depois para o Banco do Brasil e BNDE e, finalmente, para a KIV – Klabin, Iloschpe e Votorantin), a Riocell continuou deles dependendo até início da década de 80. A tecnologia utilizada na empresa era alienígena e o branqueamento, que é o processo de acabamento da celulose, continuava sendo feito na Noruega, através de contrato de prestação de serviço.

Verifica-se, portanto, que a política acabou por desempenhar um papel determinante no futuro da Borregaard, uma vez que a oposição utilizou a questão da poluição da empresa para confrontar o governo, ainda que não tenha participado do grupo que compôs a CPI. Foram os políticos do MDB que pediram a sua abertura, colocando o governo em uma situação delicada, pois havia muito dinheiro público investido na fábrica. Em uma ditadura em que a oposição existia com “permissão” do governo, a luta contra a Borregaard ganhou um viés político rapidamente e se transformou na luta do povo gaúcho contra o capital estrangeiro e a contaminação das águas e do ar. Enfim, uma luta que podia ser ganha.

4.4 SOCIAL

No âmbito social, a vinda da Borregaard teve um forte impacto, a princípio restrito a Guaíba, durante o período de construção da fábrica e pela vinda dos noruegueses, e mais tarde, devido ao advento do movimento ambiental, que apesar de ter sido danoso para a empresa norueguesa, foi um marco na ecologia gaúcha. Houve ainda inúmeras alterações nas leis, tanto em relação aos financiamentos e políticas de apoio industrial como no que tange à preservação dos recursos naturais.

Não há dúvida que o aspecto mais lembrado da Borregaard no Brasil está relacionado com a questão ambiental, conforme apontam diversos autores que trataram o tema. O caso da empresa em Guaíba deu a oportunidade que os ambientalistas gaúchos precisavam para serem ouvidos, segundo Fernando Sampaio demonstra em artigo publicado no Correio do Povo em 1973:

Muitos estão preocupados com a poluição exclusivamente por causa da Borregaard e de seu mau cheiro. Nós achamos que a Borregaard, de certa forma, nos veio ajudar. Antes dela, poluição, ecologia, equilíbrio natural e proteção e reconstituição da natureza eram frases que ecoavam no vazio. Não tinham sentido para a maioria. Quase ninguém se dava conta do perigo. Apenas uns poucos estavam conscientes disto. Agora, ao se tratar

do tema poluição, a atenção é muito maior. Não só aqui. O problema é mundial. (SAMPAIO, 1973, *apud* PEREIRA, 2008, p.19)

Por fim, quando em 1975 a fábrica passou para o controle acionário do Montepio da Família Militar e os noruegueses se desligaram totalmente de sua diretoria, a empresa passou a se chamar Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (Riocell), e começou a fazer grandes investimentos na área de relações públicas para mudar sua imagem perante a população e a imprensa, mas foi graças à iniciativa da Borregaard de se estabelecer no Brasil que o país se tornou um grande produtor de celulose; à época de sua inauguração, a empresa possuía a maior capacidade de produção de todo território nacional.

Em março de 2012 completaram-se quarenta anos desde que a fábrica inaugurou em Guaíba e a empresa, atualmente Celulose Riograndense⁵⁴, pertencente a um grupo chileno, organizou uma exposição fotográfica comemorativa. Segue a nota publicada na imprensa:

Há quatro décadas, no dia 16 de março de 1972, a indústria norueguesa Borregaard inaugurou suas instalações em Guaíba, modificando o perfil econômico do Município. Muitos empregos foram gerados e a economia local reagiu para se adaptar aos novos tempos que traziam profissionais de outras cidades, estados e até mesmo de fora do Brasil. Desde então, o processo de crescimento esteve, de alguma forma, presente na vida da maioria dos guaibenses. Resgatar essa trajetória através de uma exposição fotográfica foi a alternativa encontrada pela empresa durante as atividades comemorativas dos 40 anos no Rio Grande do Sul. Na noite de quinta-feira, 15, um coquetel marcou a abertura da Mostra que se estendeu até ontem, 23, das 11 às 16 horas, possibilitando ampla participação de funcionários, prestadores de serviços e comunidade. A Exposição foi composta por 150 imagens digitalizadas desde a terraplanagem, construção dos prédios, início dos hortos e demais etapas de ampliação da indústria. (CMPC, 2012)⁵⁵

Hoje Guaíba abriga diversas empresas além da Celulose Riograndense, como a Sulfato Rio Grande, Santher, Thyssen Krupp Elevadores, Chimarrito Produtos e Serviços Ltda., Expresso Rio Guaíba Ltda., Inbrape, Celupa. Em 1998 outra polêmica envolvendo indústria se desenrolou em Guaíba, quando uma fábrica da Ford que se instalaria na cidade acabou recuando, de certo modo evidenciando o

⁵⁴ Fundada no ano de 1920, a CMPC é pioneira no Chile na fabricação de celulose e papel. Trata-se de uma das principais empresas na área florestal na América Latina e está presente em mais de 50 países nos 5 continentes. Com mais de 25 fábricas, conta com aproximadamente 8 mil colaboradores operando em 5 áreas de negócios, através das seguintes empresas: CMPC Florestal, CMPC Celulose, CMPC Papéis, CMPC Tissue e CMPC Produtos de Papel. Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/empresa/cmpc>

⁵⁵ <http://www.gazetacentro-sul.com.br/noticia.php?id=9204>

caráter industrial da região, que começou a se desenvolver com o empreendimento norueguês.

Sobre aspectos industriais, Woodhead (2013) aponta que “a vinda da Borregaard demonstrou que o Brasil podia ser sim muito competitivo na indústria de celulose”. Tal afirmação pode ser confirmada a partir dos dados apresentados por Slongo (1990). Conforme a tabela que o autor apresenta (figura 40), o Brasil já em 1989 ocupava o oitavo lugar como produtor de celulose.

O fato de ter se estabelecido um consulado honorário em Porto Alegre também foi significativo, visto que facilitou as relações comerciais entre Brasil e Noruega na região Sul. Hoje, a principal empresa norueguesa no Estado é a empresa de fertilizantes Yara⁵⁶.

Figura 44 – Os 20 maiores produtores de celulose do mundo
(em 1.000 toneladas)

Países	1958	1988/1987 (%)
1 . Estados Unidos	55.530	+ 2,8
2 . Canadá	23.679	+ 2,9
3 . Japão	10.415	+ 7,6
4 . Suécia	10.307	+ 3,3
5 . União Soviética	10.065	+ 0,9
6 . Finlândia	9.001	+ 6,4
7 . República Popular da China	8.350	+ 12,8
8 . Brasil	4.296	+ 3,8
9 . República Federal da Alemanha	2.358	+ 4,4
10. França	2.190	+ 4,7
11. Noruega	1.917	+ 1,5
12. África do Sul	1.885	+ 2,4
13. Espanha	1.665	+ 4,2
14. Portugal	1.472	+ 4,5
15. Áustria	1.455	+ 9,2
16. Nova Zelândia	1.212	+ 9,4
17. Checoslováquia	1.121	+ 2,8
18. Austrália	1.051	+ 3,0
19. Índia	1.050	0,0
20. Polônia	921	+ 1,7

Fonte: Pulp & Paper, August, 1989, p.58

Fonte: Slongo (1990, p. 76)

Outro ponto relacionado aos desdobramentos sociais da Borregaard diz respeito às contribuições na área de ensino e transferência de tecnologia. Embora a empresa tenha sido acusada de não revelar seus processos industriais, enquanto dirigia a fábrica vários cursos de capacitação para funcionários e mesmo para empregados de outras empresas foram oferecidos, através do centro de formação

⁵⁶ <http://www.yarabrasil.com.br/>

profissional. Conforme já citado no tópico sobre a imigração, havia uma banda composta por funcionários da empresa que se apresentava em eventos por todo o Estado. Chama a atenção uma empresa que operou por tão pouco tempo se preocupar em criar espaços de integração entre empresa e comunidade.

Figura 45 – Centro de formação profissional



Fonte: <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

A Borregaard mantinha uma pequena orquestra em Sarpsborg e o fato de importar tais práticas para sua unidade no Brasil demonstra que a empresa procurava reproduzir aqui o mesmo tratamento que dispensava aos seus funcionários na Noruega. Quando a empresa deixou de ser administrada pelo grupo escandinavo, os uniformes e instrumentos da banda foram doados para uma escola local, a Cônego Scherer, a mesma escola onde estudaram os filhos dos funcionários noruegueses durante sua estada na cidade, e por muitos anos ainda eles desfilaram usando as cores da empresa.

Figura 46 - Banda Cônego Scherer, 1982



Fonte: arquivo pessoal de Roberto Rocha da Rosa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tratou da trajetória da Borregaard no Brasil, no período de 1970 a 1975, relacionando-a à História Empresarial. Com o objetivo de entender como e porque um investimento industrial tão grandioso durou tão pouco, procurou-se compreender os mecanismos que nortearam a vinda da empresa para o país, suas motivações e expectativas.

A partir da análise dos dois primeiros capítulos desta dissertação, as motivações da Borregaard para instalar uma unidade fabril no Rio Grande do Sul vão ficando mais claras. A indústria de celulose havia chegado num ponto e que não podia mais depender das florestas temperadas para se manter em longo prazo. Por questões técnicas, cultivar árvores que forneciam a fibra longa de celulose até então utilizada na fabricação de papel não se mostrava uma alternativa atraente do ponto de vista do mercado; as árvores levavam mais de trinta anos para que pudessem ser cortadas, o que acabava desmotivando os investidores. O Brasil ofereceu uma solução quando a Cia. de Papel Suzano começou a produzir papel exclusivamente com fibras curtas, provenientes de espécies de rápido crescimento, como o eucalipto.

Além disso, a política econômica do governo fomentava a entrada de capital e tecnologia estrangeiros no país, como parte de seu plano desenvolvimentista. A Borregaard tinha ambas as coisas e precisava da polpa de fibras curtas de celulose para se manter competitiva nesse mercado. O Brasil oferecia ainda outras vantagens, como a disponibilidade de terras propícias para o cultivo de eucalipto e acácia negra.

O recorte pré-temporal foi devidamente contextualizado no terceiro capítulo, no qual foram examinadas questões relativas ao contexto de Brasil e Noruega, bem como ao mercado de celulose em um contexto global. A partir da pesquisa bibliográfica ficou bastante evidente que os dois países viviam momentos sociopolíticos bem antagônicos. A Noruega estava chegando ao auge do estado de bem-estar social, o excedente econômico permitia novos investimentos e as empresas norueguesas estavam começando a se expandir e a buscar novos mercados.

O Brasil, por outro lado, vivia um momento político obscuro. Após o golpe de 1964, o país vivia sob o regime de uma ditadura que governava através de Atos

Institucionais, cerceava a liberdade de imprensa e reprimia duramente qualquer forma de resistência. No plano econômico alardeado como um “milagre”, os ministros do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, lançaram o PAEG, aumentando o PIB ao mesmo tempo em que promoviam o arrocho salarial e o aumento da dívida externa.

Sobre a indústria de celulose, o último item do terceiro capítulo aborda sua relação direta com a indústria florestal, e como a revolução industrial e os avanços na área química modificaram completamente seu caráter inicial. De uma indústria basicamente extrativista, passou à produtora, literalmente plantando florestas para serem “colhidas”. Buscou-se pontuar o papel de Brasil e Noruega nesse grande mercado, em que o primeiro aparece como o “futuro” e o segundo já é um consagrado pioneiro.

Quando de sua instalação em Guaíba, a fábrica de origem escandinava dispunha da tecnologia mais avançada na indústria de celulose e inaugurou tendo a maior capacidade produtiva de todo o Brasil. A mão de obra envolvida nesse processo em princípio foi importada da Europa, contudo a empresa investiu na capacitação dos funcionários brasileiros, e nesse sentido houve uma transferência de *know how*. A empresa promovia cursos e treinamentos muitas vezes em parceria com o SENAI, e mantinha um centro de formação profissional. Essas iniciativas não beneficiavam apenas aos empregados da fábrica, já que profissionais de outras indústrias de celulose do país faziam esses treinamentos técnicos na Borregaard, ou seja, a empresa ajudou a qualificar a mão de obra dentro do seu segmento, contribuindo diretamente para o aumento do nível de qualificação do setor.

O fato de uma tradicional indústria de celulose ter instalado uma grande planta de produção no Brasil chamou a atenção de outras indústrias estrangeiras do ramo. Com o aumento do volume produtivo e de exportação, o Brasil passou a figurar entre os grandes produtores do mercado mundial de celulose, o que atraiu novos investimentos para a indústria nacional.

A empresa impactou diretamente a economia e sociedade guaiabense no momento de sua chegada, mas certamente o ponto mais marcante no que tange aos desdobramentos sociais foi no aspecto ecológico. A fábrica às margens do Guaíba e a fétida fumaça expelida por suas chaminés suscitaram o debate ambiental no Rio Grande do Sul e a batalha contra a Borregaard mobilizou ambientalistas e imprensa, mas acabou envolvendo toda a população.

O movimento ambiental gaúcho foi um dos pioneiros no Brasil. Figuras de destaque na ecologia como José Lutzenberger e Augusto Carneiro se projetaram a partir da batalha da AGAPAN contra a empresa. A sociedade passou a questionar-se sobre temas antes ignorados, como a contaminação das águas, a poluição do ar e a preservação dos recursos naturais. O caso Boreegaard é até hoje um símbolo de luta e resistência dentro do movimento ecológico, na medida que toda a comoção gerada acabou possibilitando o despertar da consciência ambiental no Estado.

Para analisar os aspectos relativos à imigração temporária promovida pela empresa fez-se uso da metodologia da História Oral. A fim de resgatar as memórias sobre o período em que essas pessoas se deslocaram da Escandinávia rumo a Guaíba, tomou-se o relato de uma imigrante do grupo que ficou definitivamente no Brasil e do filho do Cônsul responsável por salvaguardar as necessidades desses trabalhadores pelo período que aqui estivessem. O material fotográfico e documental fornecido pelos entrevistados deu suporte aos seus relatos.

Através dessas narrativas foi possível identificar como se deu a interação entre a sociedade local e os estrangeiros, mediante a dificuldade de comunicação imposta pela barreira linguística. As crianças norueguesas estudaram em uma escola local, as famílias iam ao cinema e ao teatro em Porto Alegre, e embora a empresa tivesse seus próprios espaços de lazer, alguns desses estrangeiros acabavam participando das atividades da cidade, como Åsa que conta em seu depoimento que seu primeiro aniversário no Brasil já foi comemorado no clube dos brasileiros.

Os trabalhadores trazidos pela Borregaard eram todos especialistas em suas áreas, a maioria engenheiros da área química e civil. Essa mão de obra especializada foi fundamental para a instalação da indústria em Guaíba, pois além da construção e instalação da fábrica, também foram responsáveis por dar o suporte necessário aos trabalhadores brasileiros que tocariam a fábrica posteriormente.

Considerando o que foi abordado ao longo da pesquisa, pondera-se que a gestão da fábrica de Guaíba não divergiu muito do modelo adotado em Sarpsborg. A empresa tentou aplicar na nova planta os mesmos princípios que regiam sua administração na Noruega. A fábrica na Escandinávia primava pelo bem-estar dos seus funcionários e isso era válido como uma regra geral, já que o país adotava uma política pública calcada no bem-estar social.

Oferecer espaços de lazer e sociabilidade, integração entre os empregados e com a sociedade em geral, parece ter sido uma preocupação constante da empresa. Conforme foi explanado no quarto capítulo sobre a imigração e sociabilidades, a Borregaard criou uma banda marcial integrada pelos funcionários, que se apresentava em eventos por todo o Rio Grande do Sul, como nos desfiles de 7 de setembro. Manteve clubes de lazer e promovia festas e jogos esportivos entre os diferentes setores da fábrica, o que estimulava o sentimento de pertencimento dos funcionários e estreitava os laços com a empresa. Percebe-se que essa preocupação com as condições de trabalho dos funcionários já era levantada antes mesmo da construção da planta, nos debates que ocorreram no parlamento norueguês sobre a viabilidade do investimento no Brasil e esse foi um dos pontos debatidos.

O que fica perceptível é que a empresa voltou-se para dentro, buscou oferecer boas condições de trabalho para seus empregados e contribuir para o desenvolvimento local, no caso de Guaíba. A princípio não se preocupou em “criar uma imagem” para que a representasse diante da sociedade, o que, junto com seu modelo de gestão corporativista, contribuiu para seus problemas de diálogo com a sociedade porto-alegrense.

A Borregaard só foi ter um “rosto” quando em meio à crise o general Breno Fortes assumiu sua presidência “para tratar de assuntos especiais e representá-la perante as autoridades”. Sem saber de fato quem era o responsável pela fábrica e os problemas causados por ela, sem ter para quem apontar o dedo, passou-se a atribuir traços de personalidade à própria fábrica, tais como “sem sentimentos”, “cínica” e “mal intencionada”. Algumas vezes as críticas eram dirigidas “aos noruegueses”, o que evidencia essa dificuldade da sociedade gaúcha em lidar com uma empresa sem a tradicional figura do “homem de negócios”, ainda que a diretoria da Borregaard fosse composta por vários desses homens, nenhum deles era o dono, o chefe definitivo a quem se podia recorrer.

A partir dessas considerações pode-se inferir que vários fatores contribuíram para o fracasso da gestão norueguesa na fábrica brasileira. A empresa não tinha nem mesmo um setor de relações públicas quando inaugurou, o que demonstra que não se preocupou em projetar uma imagem predeterminada para aqueles que não estavam diretamente envolvidos com ela. Não havia essa figura do “patrão”, como acontecia na maioria das indústrias e empresas locais, como foi o caso da Renner

ou do próprio Correio do Povo, que orbitavam em torno de seus proprietários e idealizadores. As diferenças culturais ou a distância psíquica também pesaram, conforme abordado no capítulo três. Pode ser que os acionistas tenham considerado que o sul do Brasil por haver sido colonizado por alemães fosse mais próximo culturalmente da Escandinávia que outras regiões do país. Outro fator a ser considerado é que na Noruega a industrialização de áreas pouco povoadas acabava atraindo a população em busca de trabalho, assim muitas cidades se desenvolveram ao redor das fábricas, e isso é válido para Sarpsborg. Aqui a fábrica se instalou em uma área já urbanizada e parcamente industrializada, ou seja, a população local não julgou que valesse a pena suportar os inconvenientes da fábrica ainda que ela fosse sinônimo de progresso local.

O papel do governo local parece ter sido minimizado, a administração norueguesa levou toda “a culpa” pelos problemas relacionados à empresa e o fato do BNDE ser o maior acionista da Borregaard no país é pouco considerado nas análises que envolvem a atuação da empresa no Brasil. A Decisão 196/68 do BNDE definia que os incentivos financeiros do Banco passariam a apoiar somente projetos com capacidade produtiva de celulose acima de 100 toneladas diárias, com a clara intenção de aumentar a produção nacional e produzir excedente para exportação, ou seja, o governo nacional estava comprometido em expandir a indústria de celulose no Brasil e esse parece ser o motivo da administração do Estado ter sido inicialmente omissa em relação aos problemas causados pela fábrica.

Quando a questão se tornou política com a abertura da CPI, os acionistas noruegueses perceberam o oportunismo do governo, que já falava em encampar a empresa. Optaram por negociar diplomaticamente, cedendo o controle acionário para os brasileiros e garantindo o fornecimento da polpa para a fábrica norueguesa, cabendo observar que até o início dos anos 1980, toda a produção da Riocell ainda se destinava à Noruega.

Ao longo do trabalho não foi identificada nas ações da empresa a intenção deliberada de poluir e degradar propositalmente o seu entorno. Algumas fontes afirmam que a empresa aceitou a proposta do governo brasileiro de “vir poluir aqui”, mas outras indicam que pelo menos 20% do orçamento total do empreendimento tenha sido destinado às medidas de proteção ambiental, como foi noticiado pelo Correio do Povo na época de sua instalação. Conforme as reclamações surgiram, a empresa providenciou a compra de modernos filtros, modificou seu processo de

produção – trocando o sulfato de sódio por carbonato de sódio na produção da polpa de celulose – e mais tarde uma empresa sueca chegou a ser contratada para cuidar das questões ambientais, ou seja, não se pode afirmar que a administração da Borregaard tenha sido surda ou indiferente frente aos apelos da população.

Conforme foi trabalhado também no quarto capítulo, durante o período de repressão e censura, a imprensa local encontrou na empresa estrangeira um tema que rendeu muitas manchetes. Através da abordagem midiática, denunciando e apontando erros, a população se inteirava sobre as ações da empresa; por outro lado, a indignação popular diante do mau cheiro que dominava a grande Porto Alegre impulsionava as matérias, artigos e charges nos periódicos locais. Pode-se dizer que a luta contra a Borregaard foi simbólica, na medida que foi um modo da população, em meio a uma ditadura militar, se rebelar contra algo. A fábrica do outro lado do Guaíba representava um inimigo comum ao povo gaúcho, que se uniu à imprensa e aos ambientalistas contra a Borregaard.

A nacionalização da empresa, no entanto, não fez os problemas desaparecerem: o nome mudou para Riocell, mas conforme demonstrado no quarto capítulo, a imprensa não fez as pazes com a indústria de imediato e mesmo quando o próprio Lutzenberger foi trabalhar para a empresa em projetos de reaproveitamento de rejeitos, enfrentou críticas e foi acusado de “ter se vendido”.

A unidade fabril da Borregaard em Guaíba iniciou sua construção em 1970, começou a operar em 16 de março de 1972, ficou três meses interdita em 1974, enfrentou uma CPI e, finalmente, em julho de 1975 deixou de ser controlada pelos noruegueses, passando seu controle acionário para o grupo Sulbrasileiro/Montepio da Família Militar. Em dezembro do mesmo ano sua razão social foi alterada para Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (Riocell). Em 1978 o BNDE e o Banco do Brasil assumiram seu controle, mas já em março de 1982, dez anos após sua festejada inauguração, ela voltou a ser privatizada sob o comando da *holding* KIV Participações, formada por Klabin, Iochpe e Votorantim. Em 2004 se tornou Aracruz Celulose S. A., até janeiro de 2009, quando foi vendida para a MPC Celulose do Brasil Ltda., parte de um grupo chileno, e sua razão social agora é CMPC Celulose Riograndense Ltda. Hoje a Celulose Riograndense faz basicamente o que a Borregaard fazia na Noruega há 40 anos – produz polpa e papel. A Borregaard norueguesa por outro lado se tornou uma grande indústria química, hoje atua no mercado mundial operando com quatro subsidiárias: a Borregaard ChemCell,

especialista em produtos químicos a partir da celulose e bioetanol; a Borregaard LignoTech, uma das líderes mundiais em produtos à base de lignina voltados para alimentação animal; a Borregaard Synthesis, especializada em insumos farmacêuticos; e a Borregaard Ingredients, voltada para a indústria alimentícia, fornecendo produtos à base de vanilina. A única presente no mercado brasileiro é a LignoTech, que opera a partir de um escritório em São Paulo, e não utiliza o “Borregaard” na sua razão social, LignoTech Brasil Produtos de Lignina Ltda.

Por fim, é importante ressaltar que o presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema tratado; pelo contrário, espera-se que ele contribua no sentido de ampliar as possibilidades de pesquisa relativas à atuação da Borregaard no Brasil. Compreendeu-se ser importante e urgente analisar a trajetória da fábrica pela ótica da História Empresarial, possibilitando assim novos olhares sobre a história da empresa e sua polêmica passagem pelo Rio Grande do Sul, bem como sobre o processo de industrialização do Estado.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **História e histórias de vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- AMDAM, Rolv Petter. The internationalisation process theory and the internationalisation of Norwegian firms, 1945 to 1980. **Business History**, v. 51, n. 3, p. 445-461.
- AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2 (39), p. 381-420, ago. 2010.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009.
- BARTH, Friedrich. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: FCE, 1976.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 98-104, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRUM, Rosemary Fritsch. História e memória: a soldadura da imaginação. **Revista de Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 75-84, jun. 2006.
- _____. **Tempos narrados: os espanhóis em Porto Alegre**. Porto Alegre: Animal, 2014.
- _____. **Uma casa nas costas: análise do movimento social urbano em Porto Alegre (1975-1982)**. Porto Alegre: Animal, 2014.
- _____. **Uma cidade que se conta: imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920-1937)**. 2003. 432 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2003.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.
- CARRION, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 225-250, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

CONEDERA, Leonardo. A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976). 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão: vozes, imagens, histórias**. Porto Alegre: Biblos, 2004.

_____. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 63-73, jun. 2006.

_____. **O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade portoalegrense**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2008.

DANIELSEN, Rolf [et al.]. **Norway: a history from the vikings to our own times**. Oslo: Scandinavian University Press (Universitetsforlaget AS), 1995.

DARNTON, Roberto. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIGNUM, Mark J. W.; KERLERA, Josef; VERPOORTE, Rob. Vanilla production: technological, chemical, and biosynthetic aspects. **Food Reviews International**, v. 17, n. 2, p. 119-120, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FENELON, Déa Ribeiro [et al.] (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). **Entre-vistas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FOLGUERA, Pilar. **Cómo se hace historia oral**. Madrid, Espanha: Eudema, 1994.

FREITAS FILHO, Almir Pita. História econômica e história de empresa: algumas reflexões metodológicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 10, n.1, p. 170-171, 1989.

FURRE, Berge. **História da Noruega: século XX. Da independência ao Estado de bem-estar social**. Blumenau: Edifurb, 2006.

GEERTZ, Clifford. La revolución integradora. In: _____. **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 1ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 116-131, jul. 2000.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

GUAZELLI, Dante Guimaraens. A imagem que cheira mal: as charges de Sampaolo e de Santiago sobre o caso Borregaard/Riocell durante a década de 70. **História Oral**, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 15, p. 247-253, jan./jun. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul – 1920-1950. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, p. 103-118, jun 2000.

HILGEMBERGE, Emerson Martins; BACHA, Carlos José Caetano. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 145-164, set. 2001.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

JACOBSEN, Frank Kiel. Oscar Pedersen. In: HELLE, Knut. **Norsk biografisk leksikon**. Oslo: Kunnskapsforlaget. Retrieved 11 September 2010.

JOUTARD, Philippe. **Esas voces que nos llegan del pasado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

LEBO JUNIOR, Stuart E.; GARGULAK, Jerry D.; MCNALLY, Timothy J. "Lignin". In: **Kirk-Othmer Encyclopedia of Chemical Technology**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2001.

LEVITT, Theodore. A globalização dos mercados. In: PORTER, Michael; MONTEGOMERY, Cynthia A. (Orgs.). **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Tradução de Bazan tecnologia e linguística. 16. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 27.

LIMA-TOIVANEN, Maria Barbosa. A evolução da indústria sul-americana de celulose e papel: foco no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista O Papel**, São Paulo, v. 74, n. 9, p. 51-66, set. 2012.

LOBO, Eulália L. História empresarial. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto alegre**: origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MARCHAK, M. Patricia. **Logging the globe**. Montreal, Canadá: McGill-Queen's University Press, 1995.

MARINAS, José Miguel; SANTAMARINA, Cristina. **La historia oral**: métodos y experiencias. Madrid: Debate, 1993.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Suliani, 2012.

_____. Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção. **Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 89-104, dez. 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAIS, Roque; GALIAZZI, Maria Do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

NASCIMENTO, Ana Paula M. do. **Corporate social responsibility in Brazil**: a comparative analysis of two paper companies. 2004. 62 p. Dissertation (Master in City Planning) – Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, 2004.

NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

OLABUENAGA, José I. Ruiz; ISPIZUA, María Antonia. **La descodificación de la vida cotidiana**: métodos de investigación cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

OLMI, Alba. **Memória e memórias**: dimensões e perspectivas da literatura memorialista. Santa Cruz do Su: EDUNISC, 2006.

ORTEGA, Miguel Alfonso Martínez-Echevarría y. ¿Que teorías de la empresa tienen sentido en la Historia empresarial?. Conceptos y desarrollo reciente de la Historia Empresarial em Alemanha (1962-2002). *In*: ERRO, Carmen. **Historia empresarial**: passado, presente y retos de futuro. Barcelona: Ariel, 2003.

PEREIRA, Elenita M. A voz da primavera: as reivindicações do movimento ambientalista gaúcho (1971-1980). **Revista Historiar**, Sobral, CE, v. 1, p. 1-25, 2008.

_____. Meio ambiente e ditadura no Brasil: a luta contra a celulose Borregaard (1972-75). **Revista de Historia Iberoamericana**, Madrid, España, v. 7, n. 2, p. 147-166, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

_____; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (Orgs.) **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PIERENKEMPER, Toni. Conceptos y desarrollo reciente de la Historia Empresarial em Alemanha (1962-2002). *In*: ERRO, Carmen. **Historia empresarial**: passado, presente y retos de futuro. Barcelona: Ariel, 2003.

PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres; igualdade e especificidade. *In*: PINSKI, Jaine; PINSKI, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRESTES, Antonio João Dias. **Pobre Guaíba, quem te vê, quem te viu**: a degradação ambiental das praias de Porto Alegre, na passagem dos anos 1960 para os 1970. 2009. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo com o outro**. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SCARPI, Paolo. **La fuga e il ritorno**: storia e mitologia del viaggio. Padova: Marsilio, 1992.

SCHIMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia. **Revista de Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, jun. 2006.

SCHUMPETER, Josephe. On the concept of social value. **Quarterly Journal of Economics**, v. 23, p. 213-232, 1908.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942**. São Paulo: Nacional, 1985.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. **Uma comunidade eslava ortodoxa: russos e ucranianos em Porto Alegre - 1948**. 1996. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SILVA, Maria Cristina Vinas G. Imprensa e Educação Ambiental: um estudo sobre a contribuição do jornal. In: DORNELLES, Beatriz. **Mídia, imprensa e as novas tecnologias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SLONGO, Luiz A. Meio ambiente e estratégia tecnológica da Riocell. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 75-82, jul./set. 1990.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SIMMEL, Georg. **Sociologia: estudios sobre las formas de socialización**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Vozes do Porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANSINA, Jan. **La tradición oral**. Barcelona: Labor, 1966.

WEBER, Regina. **Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

WOODHEAD, Peter D. **Cranston: para que eles não esqueçam**. Porto Alegre, 1992. Tradução de Guilherme Zaffari. Disponível no Laboratório de História Oral da PUCRS. Acervo Lapho PUCRS.

SITES VISITADOS

<http://sarpsborg2016.no/Historie/> por Åsmund Svendsen acessado em 20/08/2015

<https://www.sarpsborg.com/byen-og-kommunen/om-sarpsborg/> acessado em 14/04/2015

<http://www.borregaard.com/>

<https://margaretaberg.wordpress.com/about/>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60803-2-junho-1967-401680-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www.gazetacentro-sul.com.br/noticia.php?id=9204>

<http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/>

<http://www.jornalja.com.br/licoes-da-borregaard/>

<http://www.bndes.gov.br/>

<http://digitaltmuseum.no/>

<http://www.yarabrasil.com.br/>

http://sampaulocartunista.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html acessado em 18/06/2015

<http://conselheirox.blogspot.com.br/2014/08/nos-tempos-em-que-borregaard.html> acessado em 18/06/2015

DEPOIMENTOS ORAIS

HEUSER, Åsa Dahlström. Transcrição do depoimento oral. Guaíba, 11 abril. 2012. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS.

WOODHEAD, Frank Cranston. Transcrição do depoimento oral. Porto Alegre, 1º de outubro. 2013. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS.

ARQUIVOS

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Arquivo Jornal Correio do Povo

Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

ANEXOS

ANEXO A – Monumento comemorativo aos 50 anos da Borregaard em Sarpsborg, 18 de junho de 1939

ANEXO B – Nota do jornal Zero Hora sobre a inauguração da fábrica em Guaíba, 16 de março de 1972

ANEXO C – Decreto n.º 60.803, de 2 de junho de 1967

ANEXO D – Decreto n.º 72.640, de 17 de agosto de 1973

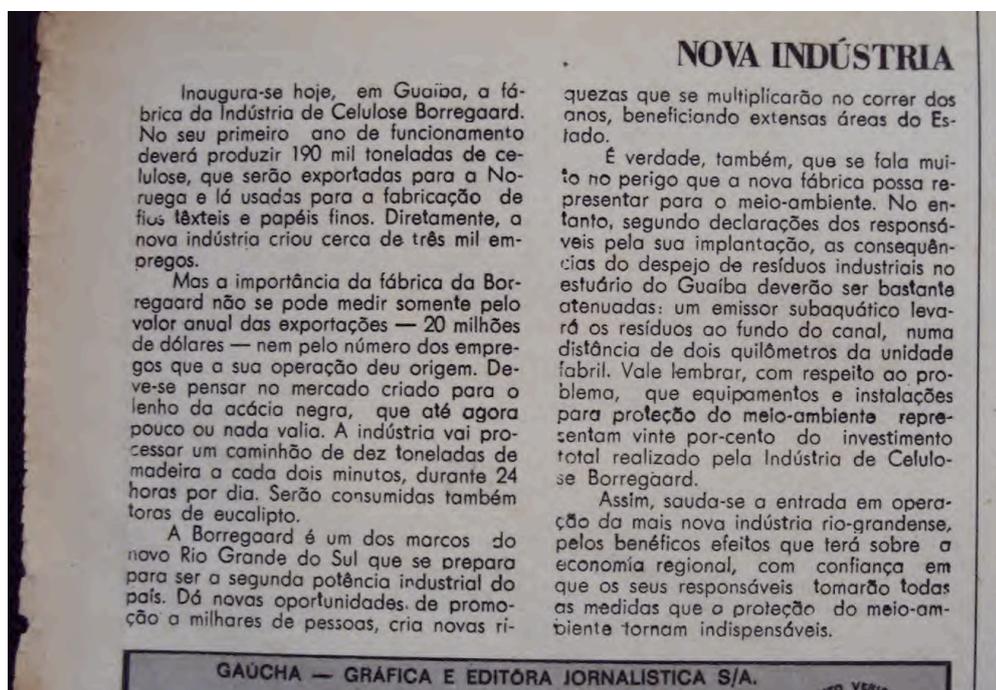
ANEXO E – Documento oficial do ajuste modificativo do acordo sobre venda de celulose

**ANEXO A – Monumento comemorativo aos 50 anos da Borregaard em
Sarpsborg, 18 de junho de 1939**



Fonte: Nasjonalbibliotekets,
<http://www.nb.no/nbsok/nb/3f2d2595d268451f21e3e12293c8f34f.nbdigital?lang=no#0>

ANEXO B – Nota do jornal Zero Hora sobre a inauguração da fábrica em Guaíba, 16 de março de 1972



Fonte: Arquivo Histórico Moysés Vellinho

ANEXO C – Decreto n.º 60.803, de 2 de junho de 1967

Legislação

Legislação Informatizada - Decreto nº 60.803, de 2 de Junho de 1967 - Publicação Original

Veja também:

- ▀ **Dados da Norma**

Decreto nº 60.803, de 2 de Junho de 1967

Considera de alto interesse nacional a produção de celulose para exportação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 83, inciso II, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Para efeito do que dispõem os Arts. 37 e 38 da Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962, é considerado de alto interesse para a economia nacional o projeto da Indústria de Celulose Borregaard Ltda., que visa a produção de celulose destinada à exportação.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de junho de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 05/06/1967

Publicação:

- ▀ Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/6/1967, Página 6018 (Publicação Original)
- ▀ Coleção de Leis do Brasil - 1967, Página 352 Vol. 4 (Publicação Original)

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60803-2-junho-1967-401680-publicacaooriginal-1-pe.html>

ANEXO D – Decreto n.º 72.640, de 17 de agosto de 1973

The screenshot shows the website of the Câmara dos Deputados (Brazilian Chamber of Deputies). The header includes the site name and navigation menus for 'A Câmara', 'Deputados', 'Atividade Legislativa', 'Orçamento', 'Documentos e Pesquisa', 'Comunicação', 'Transparência', 'Responsabilidade Social', and 'Participe'. A search bar is also present. The main content area is titled 'Legislação' and 'Legislação Informatizada - Dados da Norma'. The specific document is 'Decreto nº 72.640, de 17 de Agosto de 1973'. The 'EMENTA' (summary) states: 'Concede permissão, em caráter permanente, à Indústria de Celulose Borregaard S.A., com sede em Guaíba, no Estado do Rio Grande do Sul, para funcionar aos domingos e nos dias feriados civis e religiosos, nos setores que menciona.' The 'TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL' section lists two sources: 'Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/8/1973, Página 8197 (Publicação Original)' and 'Coleção de Leis do Brasil - 1973, Página 328 Vol. 6 (Publicação Original)'. The 'Origem' is 'Poder Executivo'. The 'Situação' is 'Revogada'. The 'Vide Norma(s)' section lists 'Decreto de 10 de Maio de 1991 (Poder Executivo) - (Revogação)'. The 'Indexação' section is partially visible.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72640-17-agosto-1973-421129-norma-pe.html>

**ANEXO E – Documento oficial do ajuste modificativo do acordo sobre venda
de celulose**

nº 1489

Em 7 de dezembro de 1971.

DAI/DEOC/24/565.9
550.31(77)

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da nota de 18 de novembro último, cujo teor é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que as autoridades norueguesas aprovaram a modificação ajustada entre as empresas Aktieselskapet Borr gaard, da Noruega, e Indústria de Celulose Borregaard S/A, do Brasil, ao contrato por elas celebrado em outubro de 1968, formalizado pelos Governos norueguês e brasileiro por intermédio de troca de notas, realizada em 18 de março de 1969.

1. A quantidade total de polpa não alvejada a ser fabricada pela Indústria, em sua unidade, atualmente em construção em Guaíba, será de 189.000 t/ano, quantidade esta que consistirá de 70.000 t de polpa dissolvente e 119.000 t de polpa tipo papel, e será processada pela Borregaard. A Indústria faz, expressamente, a ressalva de que as quantidades planeja-

A Sua Excelência o Senhor Thorleif Lintrup Paus,
Embaixador da Noruega.

MRE/DAI/DEOc/24/550.31(77)/1971/2.

planejadas em referência devem ser consideradas como aproximadas, sendo permitidas variações dentro de limites razoáveis, com a devida consideração das quantidades reduzidas durante os primeiros anos de operação. A Borregaard declara que tais variações serão aceitas nos termos do Contrato de Vendas de 1968 e desta emenda, dentro de limites estabelecidos apenas pela capacidade de produção de sua fábrica em Sarpsborg após a conclusão dos investimentos específicos para o processamento de ... 119.000 t/ano de polpa tipo papel e 70.000 t/ano de polpa dissolvente, além de uma capacidade anual de produção de 100.000 t de polpa sulfito. Caso haja necessidade de maior flexibilidade de produção em Sarpsborg no futuro, as partes, se necessário, negociarão a respeito de investimentos adicionais pela Borregaard e os correspondentes custos de capital para o cálculo de preço de celulose FOB-Rio Grande. Um tal aumento de produção poderá ser obtido até a capacidade nominal de 218.000 t de polpa tipo papel ou 156.000 t de polpa dissolvente, respectivamente. Investimentos pela Borregaard, especificamente para a produção de sulfito, não terão influência sobre as suas relações com a Indústria de conformidade com o Contrato de vendas.

2. A Borregaard, pelo presente, assume o compromisso de comprar ou vender, em nome da Indústria, a quantidade total de celulose fabricada pela Indústria em sua unidade atualmente em construção em Guaíba, em conformidade com a decisão sobre capacidade de produção tomada pela Indústria em Assembleia-Geral Extraordinária de 30 de abril de 1970, com a devida consideração das disposições do item 1 acima.

3. Os princípios de custo e todas as demais disposições do Contrato de Vendas de outubro de 1968 e seus Anexos permanecem inalterados. Novos investimentos, de acordo com aquele Contrato, bem como outros investimentos para melhoramento portuário, visando economia no custo dos fretes, foram definitivamente fixados em US\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil dólares) a preços de 1970.

MRE/DAI/DEOc/24/550.31(77)/1971/3.

1970.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com a modificação acima, tenho a honra de propor que a presente nota e a de resposta de Vossa Excelência, do mesmo teor, constituam Acordo entre nossos dois Governos sobre a matéria.

Rogo aceitar, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, constituirá Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Jorge de Carvalho e Silva
Ministro de Estado, interino,
das Relações Exteriores.

mrm/